

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE GOUVEIA/MG

CONTRATO DE GESTÃO: Nº IGAM 03/2017
ATO CONVOCATÓRIO: Nº 002/2018
CONTRATO: Nº 14/2018

PRODUTO 1

Plano de Trabalho, Programa de Mobilização
Social e Programa de Comunicação do PMSB

DEZEMBRO 2018

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE GOUVEIA/MG

PRODUTO 1:

Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB

Contrato de Gestão: Nº 03/2017
Ato convocatório: Nº 002/2018
Número do contrato: Nº 14/2018

Dezembro de 2018

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



| Revisão | Data | Descrição Breve | Ass. do Autor. | Ass. do Superv. | Ass. de Aprov. |
|---------|------------|-------------------|----------------|-----------------|----------------|
| 01 | 18/01/2018 | Revisão | LM/TA/SC | VQ | VQ |
| 00 | 12/12/2018 | Minuta de Entrega | BC/TA/SC | VQ | VQ |

| | | | |
|---|--|---|------------|
| ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE GOUVEIA/MG | | | |
| PLANO DE TRABALHO, PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO PMSB | | | |
| Elaborado por: BC/TA/SC/LM | | Supervisionado por: VQ | |
| Aprovado por: VQ | | Revisão | Finalidade |
| | | 01 | 3 |
| Data | | 18/01/2018 | |
| Legenda Finalidade: [1] Para Informação [2] Para Comentário [3] Para Aprovação | | | |
|  | | HIDROBR CONSULTORIA LTDA – EPP. Av. Prudente de Moraes, 44 – Sala 503 – Belo Horizonte/MG, 30380-002 (31) 3504-2733 www.hidrobr.com | |

APRESENTAÇÃO

A HIDROBR – Soluções Integradas firmou com a Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo o Contrato Nº 014/2018, referente ao Contrato de Gestão IGAM Nº 03/2017, para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios de Datás, Gouveia e Lassance, em conformidade com o Ato Convocatório Nº 002/2018.

A Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, conduz a elaboração deste estudo, cuja instrução se dá pela universalização dos serviços, com qualidade e suficiência, proporcionando melhores condições de vida e saúde ambiental.

Este documento – Produto 1: Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB – especifica o planejamento do processo de elaboração, incluindo, de maneira geral, bases metodológicas, atividades e cronograma de execução.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. DADOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO | 10 |
| 2. INTRODUÇÃO | 11 |
| 3. OBJETIVO..... | 12 |
| 4. CONTEXTUALIZAÇÃO..... | 13 |
| 4.1 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas..... | 13 |
| 4.2 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas..... | 15 |
| 4.3 Subcomitês de Bacia do Rio das Velhas | 16 |
| 4.4 Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo..... | 16 |
| 5. JUSTIFICATIVA | 18 |
| 6. ÁREA DE TRABALHO..... | 19 |
| 6.1 Contexto de Inserção Regional..... | 19 |
| 6.2 Caracterização do Município de Gouveia | 21 |
| 6.3 Contexto do Saneamento Básico no Município de Gouveia | 23 |
| 6.4 Reunião inicial e principais desafios..... | 26 |
| 7. MARCOS REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | 33 |
| 8. METODOLOGIA E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES | 40 |
| 8.1 PRODUTO 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB | 41 |
| 8.2 PRODUTO 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico | 43 |
| 8.3 PRODUTO 3 - Prognóstico, Programas, Projetos e Ações..... | 46 |
| 8.4 PRODUTO 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências | 49 |
| 8.5 PRODUTO 5 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico | 50 |
| 8.6 PRODUTO 6 - Relatório Final do PMSB - Documento Síntese | 51 |
| 8.7 FLUXOGRAMA | 53 |
| 9. BASES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO. 55 | |
| 10. RESPONSABILIDADES | 57 |
| 11. CRONOGRAMA..... | 61 |
| 12. PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL | 63 |
| 12.1 Introdução | 63 |
| 12.2 Objetivos..... | 64 |
| 12.3 Metodologia..... | 65 |
| 13. REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO | 84 |

| | |
|---|------------|
| 14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 86 |
| ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO..... | 90 |
| ANEXO B – ATA REUNIÃO INICIAL COM PREFEITURA | 95 |
| ANEXO C – DECRETO EXECUTIVO Nº 056, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018..... | 97 |
| ANEXO D – CHECKLISTS | 100 |
| ANEXO E – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COM O GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE GOUVEIA..... | 115 |
| ANEXO F – ATA DA REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO AO GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE GOUVEIA..... | 117 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 4.1 - Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas | 14 |
| Figura 6.1 - Reunião Agência Peixe Vivo | 27 |
| Figura 6.2 - Reunião Prefeitura | 28 |
| Figura 6.3 - Estação de Tratamento de Água..... | 30 |
| Figura 6.4 - Estação de Tratamento de Esgoto (não está em operação)..... | 31 |
| Figura 6.5 - Destinação final de resíduos sólidos | 32 |
| Figura 7.1 - Marcos PMSB | 33 |
| Figura 8.1 - Fluxograma com facilitadores e dificultadores em cada etapa de construção do PMSB | 54 |
| Figura 10.1 - Fluxo de Aprovação de Documentos | 60 |
| Figura 11.1 - Cronograma de atividades | 62 |
| Figura 12.1 - Modelo de Formulário de Contribuições..... | 69 |
| Figura 12.2 - Modelo do folder (frente) | 74 |
| Figura 12.3 - Modelo do folder (verso) | 75 |
| Figura 12.4 - Modelo de cartaz | 76 |
| Figura 12.5 - Modelo de convite | 77 |
| Figura 13.1 - Reunião com Grupo Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Gouveia..... | 85 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----------|
| Tabela 6.1 - Distrito e comunidades | 22 |
| Tabela 6.2 - Participantes Reunião Prefeitura..... | 27 |
| Tabela 6.3 - Contato Municipal..... | 28 |
| Tabela 6.4 - Membros do Grupo de Trabalho PMSB | 29 |
| Tabela 8.1 - Estruturação metodológica..... | 41 |
| Tabela 9.1 - Base de dados para elaboração do PMSB | 56 |
| Tabela 10.1 - Responsabilidades das Entidades Envolvidas | 57 |
| Tabela 12.1 - Dinâmica de divulgação carro de som..... | 78 |
| Tabela 12.2 - Dinâmica de distribuição de faixas | 79 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----------|
| Quadro 12.1 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Campanha de Divulgação para o Lançamento do PMSB no Município de Gouveia | 80 |
| Quadro 12.2 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Campanha de Divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Gouveia | 81 |
| Quadro 12.3 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Divulgação dos Programas e Ações Necessárias no Município de Gouveia..... | 82 |
| Quadro 12.4 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico | 83 |

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



LISTA DE NOMENCLATURAS E SIGLAS

Agência Peixe Vivo – Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo
CadÚnico – Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal
CBH Rio das Velhas – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental
Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CORESAB – Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DATASUS – Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde
DESA – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental
DHAE – Direitos Humanos à Água e ao Esgotamento Sanitário
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA – Estação de Tratamento de Água
Feam – Fundação Estadual de Meio Ambiente
FJP – Fundação João Pinheiro
FUNASA – Fundação Nacional da Saúde
GT – Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão de Águas
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG – Minas Gerais
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDRH – Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas
PESB-MG – Plano Estadual de Saneamento Básico

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



PGIRS – Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIB – Produto Interno Bruto
Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico
PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico
PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNSR – Programa Nacional de Saneamento Rural
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual de Aplicação
RSS – Resíduos de Serviços de Saúde
RSU – Resíduos Sólidos Urbanos
SEGRH/MG – Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos
Semad – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SNISA – Sistema Nacional de Informações em Saneamento
TDR – Termo de Referência
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UPGRH – Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos
UTE – Unidade Territorial Estratégica

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



1. DADOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

| | |
|---|--|
| Contratante: | Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo |
| Contrato: | 14/2018 |
| Assinatura do Contrato em: | 01 de novembro de 2018 |
| Assinatura da Ordem de Serviço em: | 12 de novembro de 2018 |
| Escopo: | Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico para os Municípios de Datas, Gouveia e Lassance, na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas |
| Prazo de Execução: | 10 meses, a partir da data da emissão da Ordem de Serviço |
| Cronograma | Conforme apresentado no item 11 deste relatório |
| Valor global do contrato: | R\$ 299.059,85 (duzentos e noventa e nove mil e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) |
| Documentos de Referência: | <ul style="list-style-type: none"> • Ato Convocatório Nº 002/2018 • Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico” da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) • Guia para a Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico do Ministério das Cidades • Proposta Comercial da HIDROBR CONSULTORIA LTDA - EPP. |

2. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é uma ferramenta de planejamento estratégico que direciona as ações a serem executadas no âmbito da política pública de saneamento. Como instrumento, define critérios, metas, ações e agentes para alcance dos objetivos propostos de forma coletiva, englobando medidas estruturais e estruturantes, que extrapolam a abrangência sistemática através da representatividade de parâmetros intersetoriais de gestão, educação e participação social. Rigorosamente, o PMSB tem por finalidade apresentar o diagnóstico do saneamento básico no território do município e definir o delineamento para o setor, considerando o horizonte 20 (vinte) anos e metas de curto, médio e longo prazo.

O estudo busca delinear ações após análise de demandas e necessidades de melhoria dos serviços no território. Nesse sentido, deve consolidar instrumentos de planejamento e gestão, visando a universalização do acesso aos serviços, a garantia de qualidade e suficiência no suprimento dos mesmos, a promoção da melhoria da qualidade de vida da população e das condições ambientais.

Na ausência de Política Municipal de Resíduos Sólidos, o Plano Municipal de Saneamento Básico deve atender às especificações do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS).

A elaboração do PMSB deve estar em consonância com políticas públicas previstas para o município e região onde se insere, de modo a compatibilizar as soluções a serem propostas com as leis, planos e projetos relacionados à área de estudo. Este Plano de Trabalho objetiva apresentar o planejamento da elaboração do PMSB do município de Gouveia.

3. OBJETIVO

O presente documento, referente ao Produto 1 - Plano de Trabalho, Plano de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB, tem como objetivo a apresentação do planejamento do processo, metodologia e atividades para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Gouveia em todo seu território, conforme Termo de Compromisso assinado (Anexo A).

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



4. CONTEXTUALIZAÇÃO

4.1 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

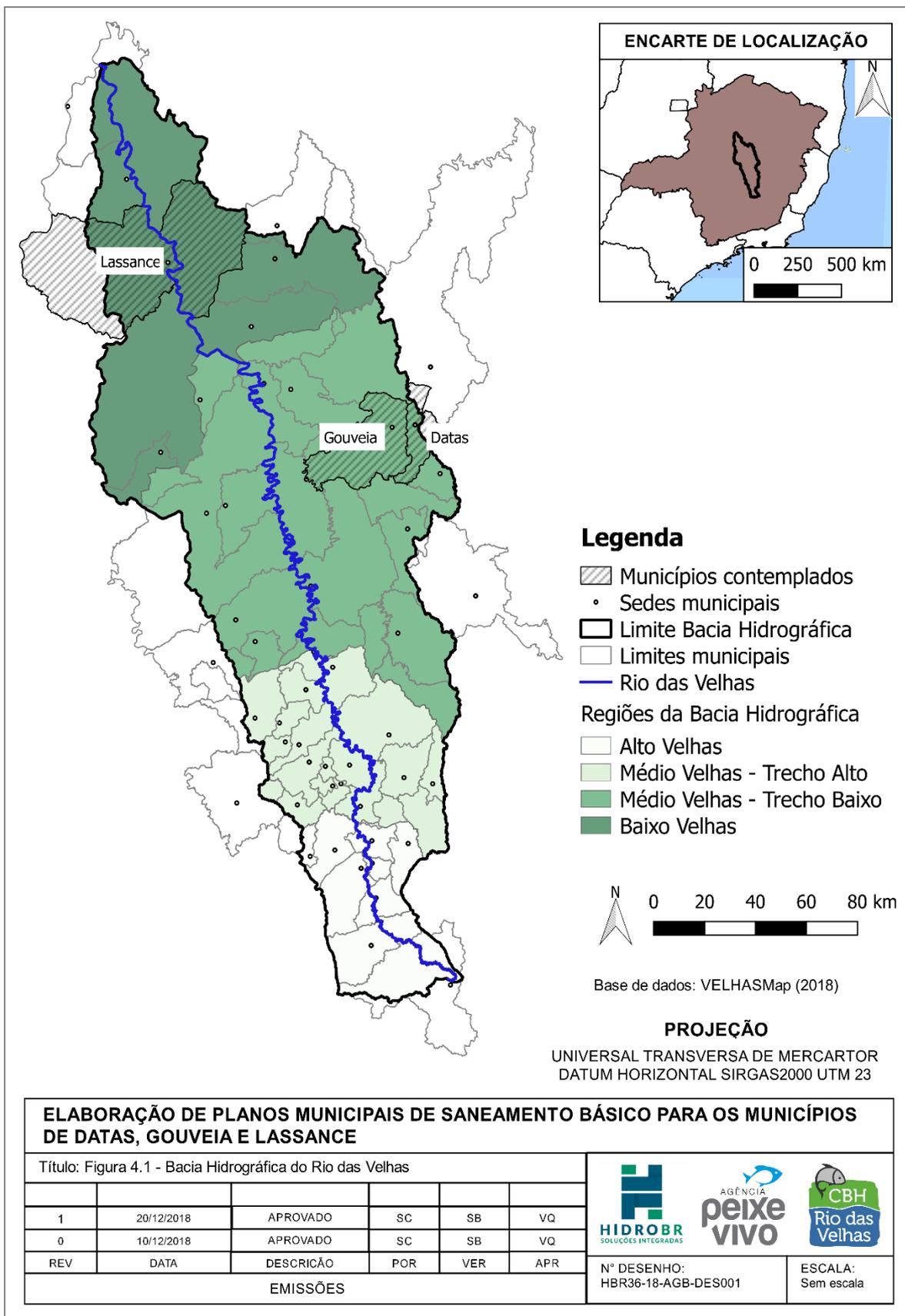
A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas está localizada na região central do Estado de Minas Gerais e possui uma área de 29.173 km², equivalente a 4,05% da Bacia do São Francisco. O Rio das Velhas compreende 801 km de extensão e é o maior afluente da Bacia do São Francisco. Ele nasce dentro do Parque Municipal das Andorinhas em Ouro Preto e deságua no Rio São Francisco, no Distrito de Guaicuí em Várzea da Palma.

A área de estudo, compreendendo o território do município de Gouveia, encontra-se inserida na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) SF5 - Bacia do Rio das Velhas, de acordo com o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos (SEGRH/MG). O Sistema, instituído pelo governo de Minas Gerais por meio da Lei Estadual 13.199/1999, divide o estado em 10 (dez) bacias hidrográficas e 36 (trinta e seis) UPGRHs.

A Bacia do Rio das Velhas, por sua vez, encontra-se dividida em 23 (vinte e três) Unidades Territoriais Estratégicas (UTES), conforme define a Deliberação Normativa CBHVELHAS Nº 01/2012. As UTES estabelecem limites territoriais para a criação dos Subcomitês de Bacias, apesar de nem todas possuírem o órgão.

O município de Gouveia faz parte da UTE Rio Paraúna, no Médio Velhas – Trecho Baixo. A Figura 4.1 ilustra o território pertencente à bacia, dando destaque aos municípios contemplados em suas regiões.

Figura 4.1 - Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas



Fonte: HIDROBR (2018).

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



4.2 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Em 1998, o Decreto Estadual Nº 39.692 institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) que, atualmente, é composto por 28 (vinte e oito) membros, apresentando estruturação paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil Organizada.

O CBH Rio das Velhas tem como finalidades promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica, econômica e financeira do programa de investimento; e consolidar a política de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentado da bacia.

Desde sua instituição, destacam-se como atuações: o enquadramento dos cursos de água do Rio das Velhas, por meio da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental COPAM Nº 10/1986, revogada pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG Nº 01/2008; e o apoio à elaboração do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas (PDRH), em 1999, cuja atual versão é de 2015.

Como forma de viabilizar os planos e projetos que envolvem o saneamento básico na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, o CBH Rio das Velhas publicou a Deliberação Nº 06/2011, que estabelece critérios e procedimentos para que os municípios, com áreas contidas na Bacia, possam requisitar recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para contratação de serviços técnicos na elaboração de seus PMSBs. Desta forma, consolidou-se um arcabouço legal e administrativo para a elaboração dos Planos de Saneamento Básico dos municípios que integram a Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Nesta bacia, 7 (sete) municípios: serão contemplados com Planos de Saneamento, entre eles: Capim Branco, Confins, Esmeraldas, Jequitibá, Datas, Gouveia e Lassance. De acordo com os dados discutidos e metas e ações estabelecidas no PDRH, avalia-se a iminência de garantir a implementação dos PMSBs e alcançar a

melhoria da qualidade de vida da população, buscando o desenvolvimento sustentável da região.

4.3 Subcomitês de Bacia do Rio das Velhas

Os subcomitês de bacias foram criados em 2004, através da Deliberação Normativa Nº 02/2004. Esta formação foi decorrente da descentralização já praticada pelo Projeto Manuelzão, que apresentava núcleos em diversos pontos da bacia. Atualmente existem 18 (dezoito) subcomitês estabelecidos junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Gouveia faz parte do Subcomitê Rio Paraúna. Normalmente, os encontros dos membros do Subcomitê do Rio Paraúna são realizados na segunda terça-feira do mês, alternando entre o município de Gouveia e outro município da UTE.

São grupos consultivos e propositivos compostos por representantes da sociedade civil, usuários de água e poder público que possuem funções relacionadas à questão ambiental, com atuação nas sub-bacias da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Permitem uma inserção local e qualificam debates e análises do Comitê de Bacias do Rio das Velhas através da articulação local. Podem ser consultados sobre conflitos referentes aos recursos hídricos e problemas ambientais constatados.

4.4 Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo

A Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo) é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil. Tem como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos, deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Composta por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, foi criada em 15 de setembro de 2006 e equiparada no ano de 2007 à Agência de Bacia Hidrográfica (denominação das Agências de Água definida em Minas Gerais, conforme a Lei Estadual Nº 13.199/1999) por solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



A Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer funções de Entidade Equiparada das funções de Agência de Bacia para 2 (dois) comitês estaduais mineiros, CBH Velhas (SF5) e CBH Pará (SF2), e ao comitê federal CBH Verde Grande (SF10). Além destes, a Agência Peixe Vivo participou do processo de seleção e foi escolhida para ser a Entidade Delegatária das funções de Agência de Águas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



5. JUSTIFICATIVA

Conforme previsão da Lei Federal Nº 11.445/2007, todo município deve possuir um Plano Municipal de Saneamento Básico, promovendo melhoria no abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, manejo das águas pluviais e manejo dos resíduos sólidos, e limpeza urbana.

O CBH Rio das Velhas se articula para investir recursos na elaboração desses planos, visando melhorias da quantidade e qualidade das águas da Bacia do Rio das Velhas.

No Plano Plurianual de Aplicação - PPA dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, referente ao período 2018-2020, foi aprovado na Deliberação CBHVELHAS Nº 07/2017. Nele, consta a relação de ações a serem executadas com os recursos advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, inclusa a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

Proporcionar a todos o acesso universal ao saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade é fundamental para garantia da saúde pública, sendo questões estas postas como desafio para as políticas sociais. Neste sentido, o CBH Rio das Velhas financiou a elaboração de 21 (vinte e um) Planos Municipais de Saneamento Básico, dentre os 51 (cinquenta e um) municípios que pertencem à bacia hidrográfica do Rio das Velhas. Por decisão da Diretoria, entre os anos de 2018 e 2019, o Comitê irá financiar a elaboração do PMSB de mais 7 (sete) municípios pertencentes à bacia, a citar Gouveia, ao qual o presente estudo contempla.

6. ÁREA DE TRABALHO

6.1 Contexto de Inserção Regional

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 determina ser competência conjunta entre União, Estados e Municípios a promoção de programas para melhorias das condições de saneamento.

Atualmente, o saneamento básico possui diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal através da Lei Nº 11.445/2007, detalhadas no Decreto Nº 7.217/2010. As conceituações apresentadas são referentes a:

- Abrangência dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de águas pluviais, e gestão de resíduos sólidos urbanos;
- Reaquisição, pelo município, de um papel preponderante na titulação dos serviços de saneamento, tornando-o responsável pelas atividades de gestão: planejamento, prestação, regulação, fiscalização e controle social;
- Possibilidade de execução direta dos serviços pelo titular ou delegação da prestação por mecanismos de contrato de concessão ou programa, delegação a entidade descentralizada, entre outros;
- Exigência de aprovação do plano municipal de saneamento com mecanismos de controle social e de normas de regulação e inclusão da delegação de entidade reguladora para validade dos contratos de prestação de serviço;
- Consequente necessidade de elaboração de plano de saneamento básico para promoção da delegação dos serviços;
- Condicionamento ao acesso a financiamento federal pelo titular à apresentação do plano municipal e à criação de entidade de controle social, desde publicação do Decreto Nº 8.211/2014.

A legislação destacou a importância do planejamento do setor, que corrobora com a necessidade de grandes investimentos para atingir as metas para os serviços de saneamento em um horizonte temporal satisfatório. O objetivo só consegue ser

alcançado com planificação adequada, orientando recursos escassos com eficiência e eficácia.

Contudo, o mérito de estabelecimento de um planejamento sistemático contempla a integração de todos os atores, o que vai além das fronteiras econômico-financeiras. Assim, é permitido que tomadores de decisão se capacitem ao monitoramento e acompanhamento da evolução de resultados, mas que, além disso, reajam a tempo e com resiliência para possíveis mudanças de orientação no trabalho buscando o alcance dos objetivos propostos.

Destaca-se, ainda, as diretrizes de regulação e fiscalização dos serviços, o que diz respeito ao estabelecimento, para prestadores, de regras gerais e verificação de cumprimento efetivo das mesmas.

A Política Federal de Saneamento Básico instituiu através da mesma lei a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab e planos regionais de saneamento básico, estes a serem formulados e executados em articulação com unidades de federação e municípios.

No âmbito estadual, está para ser iniciada a elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB-MG). Embora ainda sem materialização, seus estudos trarão diretrizes que podem influenciar as políticas municipais em Minas Gerais, conseqüentemente os planos municipais.

A existência de Planos Municipais de Saneamento Básico se alinha como um dos principais procedimentos para organizar a gestão dos serviços e observa que a regulação e prestação de serviços observem o apresentado pelo plano. Sendo unicamente importante para a universalização do saneamento.

Conforme resultados apresentados pelo Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil (2017), o resultado atingido pelas metas do Plansab para porcentagem de municípios brasileiros com Plano (32% em 2018, 51% e, 2021 e 90% e, 2033) foi de 30% na preliminar ao final do ano de 2016. Sendo que 68%

declaram estar em fase de elaboração do Plano, cujo limite de um ano, conforme o Decreto 8.629/2017, seria já contemplado para a ultrapassagem da meta de 32% ao fim de 2018.

6.2 Caracterização do Município de Gouveia

O município de Gouveia possui seu território de 867,48 km² localizado no estado de Minas Gerais, região do Jequitinhonha. Pertence à Bacia do Rio das Velhas, componente à Bacia do São Francisco. Gouveia tem como limite os municípios de Diamantina, Datas, Conceição do Mato Dentro, Santana de Pirapama, Presidente Juscelino e Monjolos e se localiza aproximadamente 260 km da capital Belo Horizonte. Dispõe de acesso principal pela rodovia MG-259.

De acordo com o Censo Demográfico 2010 do IBGE, o município de Gouveia possuía uma população de 11.681 habitantes, sendo que o valor estimado para o ano de 2017 é de 12.064 pessoas, sendo 70,45% população urbana, cerca de 8.499 habitantes, e 29,55% população rural, ou 3.565 habitantes. A densidade demográfica é 13,48 hab/km².

Possui o distrito sede e as seguintes comunidades rurais, conforme Tabela 6.1:

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



Tabela 6.1 - Distrito e comunidades

| Distrito/Comunidades | |
|----------------------|----------------------------|
| Sede | Espadeiro |
| Cuiabá | Espinho Camilinho |
| Chapadinha | Riacho dos Ventos |
| Caxambu | Capivara |
| Bucaína | Vila Alexandre Mascarenhas |
| Picada | Cafundó |
| Ribeirão da Areia | Catarina |
| Barão de Guaicuy | Mato Grosso |
| Água Parada | Pedro Pereira |
| Raiz | Córrego Cachoeira |
| Engenho da Raquel | Paulista |
| Engenho da Bilía | Mangabeira |

Fonte: Prefeitura Municipal (2018).

Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,681, situando-o na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. Dentre os parâmetros levados em conta, a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,833, seguida de Renda, 0,622, e de Educação, 0,609.

De acordo com a mesma fonte para o ano de 2010, a esperança de vida ao nascer era 75 anos, a mortalidade infantil estava na faixa de 15,4 a cada 1000 nascidos, a mortalidade até 5 anos de idade era 17,9 a cada 1000 crianças e a taxa de fecundidade total era de 1,5 filhos por mulher em idade reprodutiva.

Ainda, em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 93,91%; a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era 93,97%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era 62,50%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era 42,76%. Já o indicador de escolaridade da população adulta, 18 anos ou mais, com o ensino fundamental completo era de 42,05%.

Por fim, com uma população economicamente ativa de 60,8%, a renda per capita média de Gouveia em 2010 era de R\$ 382,78, em 2010. A desigualdade de renda descrita através do Índice de Gini, que varia de 0 a 1 sendo 0 a situação de total igualdade e 1 a completa concentração de renda, foi de 0,45 em 2010. De acordo com IBGE (2015), a economia é focada na atividade agropecuária.

A região está inserida no bioma do Cerrado (IBGE, 2010). A temperatura média anual é de 20°C. As máximas estão entre 23 e 25°C, ocorrendo nos meses de outubro e março; as temperaturas mínimas em torno de 19°C ocorrem em junho e julho. A precipitação média no município de Gouveia situa-se em torno de 1285 mm anuais, sendo o verão o período mais chuvoso (INMET, 2010). Os solos predominantes são Latossolos vermelhos-amarelos distróficos, característico de todo o estado de Minas Gerais (Feam, 2016).

De acordo com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas – PDRH (2015), os cursos d’água na proximidade do município se enquadram na Classe 1, e Classe 2, estas que, de acordo com a Resolução CONAMA Nº 357/2005, sendo destinados às seguintes atividades: classe 1 - águas que podem ser destinadas à recreação de contato primário e à proteção das comunidades aquáticas; à aquicultura e à atividade de pesca; classe 2 - águas que podem ser destinadas, à pesca amadora e à recreação de contato secundário.

Segundo ainda o PDRH, o uso e cobertura do solo está 55,7% antropizado na Região Médio Velhas – Trecho Baixo, da qual o município faz parte.

6.3 Contexto do Saneamento Básico no Município de Gouveia

Este item apresenta um panorama geral do saneamento básico no município de Gouveia, com informações preliminares afetas ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana.

Na etapa seguinte ao Plano de Trabalho, referente ao Diagnóstico, as informações previamente levantadas serão devidamente consistidas e detalhadas.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



- **Abastecimento de Água**

Segundo informações do Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2016 do SNIS, o município de Gouveia tem o serviço de abastecimento de água da sede municipal prestado pela Copasa, com concessão até o ano de 2023. Houveram 10 funcionários da prestadora alocados no município em 2016.

Todo volume de água do abastecimento da sede é de origem superficial, destinada à estação de tratamento de água (ETA). O índice de atendimento urbano é de 100% para 2016. Todas as ligações possuem micromedição. O índice de macromedição informado é de 100%, apesar de não ser possível apurar com precisão sobre o volume distribuído. As informações anteriores são relevantes para apuração do índice de perdas, que foi de 27% em 2016, um pouco superior à média dos municípios de Minas Gerais.

O consumo de água por economia no município é muito baixo, de apenas 8,6 m³, valor próximo à mediana no estado. O indicador dias de faturamento comprometidos com contas a receber, que tem relação com a inadimplência, ultrapassou 10 dias em 2016, colocando o município entre os 30% piores em Minas. Tal resultado pode estar associado a uma série de razões, desde limitada capacidade de pagamento da população frente às faturas cobradas até grau de percepção da qualidade do serviço, ou mesmo por um aspecto cultural local.

Ainda de acordo com o SNIS, quanto à qualidade, houveram amostras fora do padrão para cloro residual e coliformes fecais. Não há informações sobre registros de intermitências ou paralisações.

Para aspectos econômico-financeiros, as despesas foram maiores que as receitas no município em 2016, com a tarifa média praticada no valor de R\$ 3,85/m³ frente uma despesa total média com os serviços de R\$ 4,53/m³, sendo a despesa de exploração média de R\$ 3,45/m³. A margem de despesa de exploração, que mede a relação entre despesa de exploração e receita direta, foi de 89,62%, localizando o município acima

da mediana nesse quesito, o que implica em pouca margem para investimento. Apesar de o SNIS não contar com informações de ativos que permitiriam o cálculo dos custos de capital, os índices sugerem que o município não gera lucro para a Copasa, podendo haver dificuldades para a negociação de novos investimentos.

- **Esgotamento Sanitário**

De acordo com o SNIS 2016, o serviço de esgotamento sanitário da sede municipal é prestado diretamente pela Prefeitura Municipal. Não há indicação de haver localidades não atendidas. Não existe cobrança pelo serviço. Não existe informação do índice de coleta de esgoto, mas o índice de tratamento de esgoto é de menos de 9%. 12 funcionários estão alocados. Várias informações estão ausentes, o que indica condições de prestação de serviços que podem ser aprimoradas no que diz respeito à gestão e ao planejamento.

- **Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos dos Serviços de Saúde**

O município não possui Plano de Gestão de Resíduos Sólidos conforme a Lei nº 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento no Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2016, a Prefeitura Municipal de Gouveia é responsável pela gestão dos resíduos no município na forma de administração pública direta e com abrangência local. A taxa de cobertura da coleta, a qual não é terceirizada, em relação à população total é de 99,86%. É estimada uma geração per capita da população total de 0,18 kg/(hab.dia). Não há informações quanto a coleta seletiva, varrição ou cooperativas e associações de catadores. A taxa de empregados por 1.000 habitantes é igual a 1,41 e a incidência de empregados próprios é de 100%. Para aspectos econômico-financeiros, há 2,32% de incidências de despesa com RSU na prefeitura, R\$ 40,11 de despesa per capita R\$ 40,93 de receita arrecadada per capita com serviços de manejo.

Com base no diagnóstico de Situação de Tratamento e/ou Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos Minas Gerais 2016, o município possui tipologia de lixão para destinação final dos RSUs. E segundo o diagnóstico Destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS (Ano-base 2014), o município de Gouveia é caracterizado com “Incineração”.

De acordo com o Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a Bacia do São Francisco (2010), a regionalização para a gestão de resíduos sólidos urbanos, a qual levou em conta os pilares socioeconômicos, de caracterização de resíduos e de logística de transporte, incluía um Consórcio Intermunicipal, regulamentado pela Lei Federal Nº 11.107/2005, que foi proposto e teve o protocolo de intenções assinado entre 15 (quinze) municípios mineiros, incluindo Gouveia, sendo a sede do consórcio em Curvelo. O Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas – CORESAB foi instituído em 2009, mas, até o momento, Gouveia não se faz município integrante.

- **Manejo das Águas Pluviais e Drenagem Urbana**

O município participou da Coleta de Dados Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas do SNIS no ano de 2015. O diagnóstico, contudo, ainda não está disponível. Não foram identificados grandes problemas relacionados a drenagem urbana.

6.4 Reunião inicial e principais desafios

6.4.1 Reunião de alinhamento Agência Peixe Vivo e HIDROBR

Para dar início ao projeto foi realizada uma reunião entre a Agência Peixe Vivo, a equipe técnica da HIDROBR e a equipe de mobilização do CBH Velhas dos subcomitês onde estão inseridos os municípios relativos a esse projeto, no dia 14 de novembro de 2018 na sede da Agência. O objetivo principal foi fazer o alinhamento tanto das questões técnicas quanto das administrativas, bem como apresentar as equipes envolvidas na elaboração dos planos. O momento é retratado na Figura 6.1.

Figura 6.1 - Reunião Agência Peixe Vivo



Fonte: CBH Rio das Velhas (2018).

6.4.2 Reunião Inicial com a Prefeitura

A primeira reunião no município ocorreu no dia 20 de novembro de 2018 e contou com a presença dos profissionais listados na Tabela 6.2. A ata pode ser vista no Anexo B.

Tabela 6.2 - Participantes Reunião Prefeitura

| Nome | Cargo/Instituição |
|------------------|-----------------------|
| Kelli A. Almeida | Prefeitura de Gouveia |
| Josiane C. Silva | Prefeitura de Gouveia |
| Adriano Gomes | EMATER |
| Vitor Queiroz | HIDROBR |
| Bruno Carrara | HIDROBR |
| Thaís | HIDROBR |
| Isabel | Subcomitê Paraúna |

Fonte: HIDROBR (2018).

Foi feita uma explanação geral sobre a elaboração do Plano, a origem do recurso fruto da cobrança pelo uso da água na bacia do Rio das Velhas e a contratação pela Agência Peixe Vivo. Em seguida foi discutida a situação do saneamento no município, tanto da área urbana quanto das áreas rurais. Foi designada à Secretária Municipal

de Meio Ambiente e Agricultura Josiane ser a referência de contato do município, conforme a Tabela 6.3. A Figura 6.2 retrata o momento.

Tabela 6.3 - Contato Municipal

| Cargo | Nome | Telefone | E-mail |
|--|---------------------|-------------------------------------|-------------------------------|
| Prefeitura - Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura | Josiane C. da Silva | (38) 3543-1800 / (38) 99981-6006 | meioambientepmg2017@gmail.com |

Fonte: HIDROBR (2018).

Figura 6.2 - Reunião Prefeitura



Fonte: HIDROBR (2018).

Na parte da tarde foram realizadas visitas nos sistemas de água, esgoto e resíduos e um dos distritos do município de Gouveia.

Conforme orientado, o município de Gouveia elaborou o Decreto (Anexo C) que institui o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do PMSB. Seus membros podem ser vistos na Tabela 6.4.

Tabela 6.4 - Membros do Grupo de Trabalho PMSB

| Nome | Instituição/Secretaria |
|-----------------------------|---|
| Josiane Custódio da Silva | Secretaria Municipal de Meio Ambiente |
| Paula Aparecida Trindade | Secretaria Municipal de Agricultura |
| Emerson Carlos Guaita | Secretaria Municipal de Saúde |
| José Aparecido Ribeiro | Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA |
| Adriano de Carvalho Gomes | EMATER local |
| Agnaldo José Veloso | Secretaria Municipal de Obras, Limpeza Urbana e Vias Públicas |
| Geraldo Moacir Miranda | Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS |
| Alex Mendes Santos | ONG Caminhos da Serra |
| Adauto Aparecido de Almeida | Associação dos Amigos Solidários |
| Jacy Rodrigues Filho | Câmara Municipal de Vereadores |

Fonte: Prefeitura Municipal (2018).

6.4.3 Principais desafios identificados

Após primeira visita, reunião com representantes da Prefeitura, das prestadoras de serviço, e conversas e entrevistas com moradores, foram levantados os principais problemas, que deverão merecer atenção especial durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Trata-se de uma avaliação preliminar, uma vez que o diagnóstico permitirá um aprofundamento quanto à situação do saneamento em Gouveia:

- Deficiência na infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto;
- Solução para destinação final dos Resíduos Sólidos;
- Saneamento nas áreas rurais (inclusive drenagem estradas rurais);
- Contrato com a Copasa está para vencer (2023);
- Gestão dos serviços sob responsabilidade do Município (esgoto e resíduos);
- Ausência de Controle Social;
- Falta de recursos para investimento, operação e manutenção dos sistemas de saneamento.

As Figuras 6.3, 6.4 e 6.5 ilustram a situação do saneamento no município, retratadas no dia 20 de novembro de 2018 durante a visita preliminar.

Figura 6.3 - Estação de Tratamento de Água



Fonte: HIDROBR (2018).

Figura 6.4 - Estação de Tratamento de Esgoto (não está em operação)



Fonte: HIDROBR (2018).

Figura 6.5 - Destinação final de resíduos sólidos

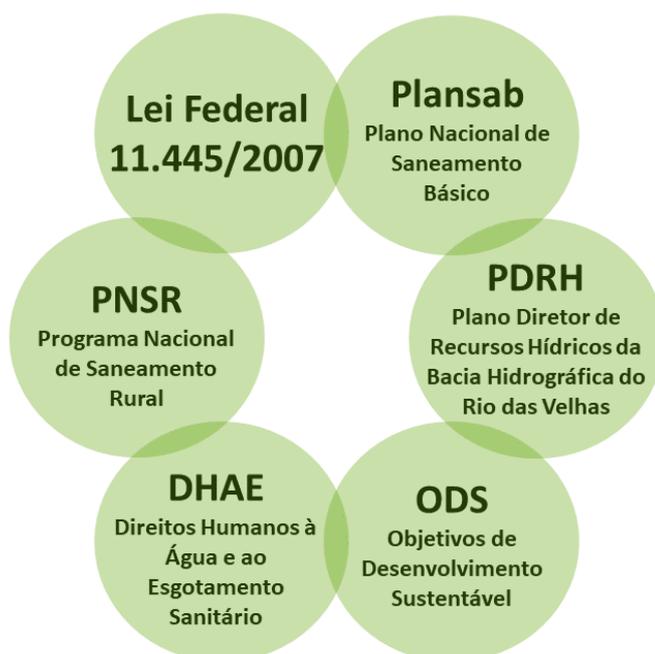


Fonte: HDROBR (2018).

7. MARCOS REFERENCIAIS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Para a elaboração deste trabalho, alguns instrumentos são estrategicamente elencados como marcos referenciais. De forma a dar coerência e base aos estudos e propostas, destaca-se com relevância cada um dos listados na Figura 7.1 como divisores legais e institucionais, alguns deles já antes mencionados neste documento.

Figura 7.1 - Marcos PMSB



Fonte: HIDROBR (2018).

A Lei Federal Nº 11.445/2007, conforme já apresentado, trouxe uma nova dinâmica ao setor do saneamento brasileiro, integrando à prestação do serviço conceitos de planejamento, fiscalização e controle social.

Instituído pela mesma lei, o Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab (2013) destaca a sustentabilidade dos serviços, assumindo a dimensão econômica, valoriza escalas institucionais e territoriais de gestão, construção da intersectorialidade, e possibilita conciliar eficiência técnica, econômica e eficácia social, controle social e

participação dos usuários na gestão dos serviços, e sustentabilidade ambiental. A sustentabilidade econômico-financeira pode ser assegurada com investimentos regulares, estáveis e suficientes, e modelo de gestão adequado, não se limitando pela cobrança aos usuários. O estudo de viabilidade econômica dos serviços se faz, então, um instrumento essencial.

Quanto ao princípio de participação e controle social, ou a democratização da gestão dos serviços, o Plansab afirma que a gestão dos serviços de saneamento dá marco e até determina a forma como eles são organizados e geridos. Ela é tradicionalmente limitada à dimensão técnico-administrativa, sendo separada dos processos socioeconômicos e políticos que a estruturam. Apesar de corresponder a uma tarefa complexa, também em decorrência da própria natureza do tema, que se confunde em limiares políticos e técnicos, a construção de relações entre cidadania, governabilidade e o controle e a participação social, buscam avançar na instituição de práticas democráticas e exitosas em planejamento e execução comuns.

Estabelecer um planejamento sistemático contemplando a integração de todos os atores vai além das fronteiras econômico-financeiras. Tomadores de decisão devem se capacitar continuamente ao monitoramento e acompanhamento da evolução de resultados, mas, além disso, devem reagir a tempo e com resiliência para possíveis mudanças de orientação no trabalho buscando o alcance dos objetivos propostos.

As diretrizes de regulação e fiscalização dos serviços, que dizem respeito ao estabelecimento, para prestadores, de regras gerais e verificação de cumprimento efetivo das mesmas, também recebem destaque.

A gestão multi e transdisciplinar das políticas públicas contempla um horizonte integrado e garante efetividade estratégica através da articulação de planejamentos associados. Tal critério é trazido pela Lei 11.445 como princípio de intersetorialidade e, para avaliar a política municipal de saneamento, conforme proposta de Pereira (2012), é crucial compô-la com: a política urbana e o plano diretor; políticas de habitação; planos recursos hídricos e de bacias; política e plano de prevenção de

riscos e desastres; política de saúde; proteção do meio ambiente; combate à pobreza e sua erradicação promoção da igualdade racial; e política de gênero.

Desta forma, a Lei Orgânica do Município de Gouveia (2011), no que tange a desenvolvimento econômico, apresenta diretriz de minimização das desigualdades sociais. Para políticas de habitação, institui o Conselho Municipal de Habitação desenvolvendo programas de moradia popular e aprovando núcleos habitacionais com infraestrutura básica incluindo sistemas de água, esgoto, energia, pavimentação, saúde e educação. Para a atividade rural, o município compromete-se a fomentar atividades agropecuárias e apoiá-las. O Poder Público se responsabiliza a atender objetivos de assistência social, com proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice. A Lei ainda afirma a promoção e prevenção de saúde, garantindo o direito de acesso a informação de interesse; a dignidade, gratuidade e boa qualidade do atendimento e tratamento; e a participação social na elaboração de políticas. O município se compromete a promover formação de consciência sanitária individual e coletiva. Por sua parte, a política de educação se baseia em princípios de igualdade de condições para acesso e frequência. A política urbana destaca a busca de instrumentos para aprovação do Plano Diretor, objetivando ordenação para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Na Lei, a política de meio ambiente garante o direito de todos ao equilíbrio ecológico, essencial à qualidade de vida. Desta forma, o Poder Público se incumbe de preservar e restaurar os ecossistemas, definir espaços para proteção ambiental, exigir estudos prévios de impacto ambiental para instalação de obras e atividades potencialmente impactantes, prevenir e controlar poluição, erosão, assoreamento e outras formas de degradação ambiental, promover educação ambiental, destinar recursos, estimular pesquisas e apoiar e divulgar iniciativas de ONGs, como os projetos Reciclol, Cata Pilhas e Biomonitoramento. Veda-se no território lançamento de esgotos in natura nos cursos d'água sem aprovação; produção, distribuição e venda de produtos cancerígenos e recebimento de resíduos tóxicos para processamento e eliminação no território.

Quanto à situação social do município, conforme dados do Censo 2010, 6,4% da população vivia em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Entre a população total do município 8.751 (74,9%) são

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



negros (ou seja, se autodeclararam pretos ou pardos). Entre os jovens, 2.526 (77,1%) se autodeclararam negros. 86,4% dos jovens fora do Ensino Médio e 77,3% fora do Ensino Superior são negros.

Ainda de acordo com o Censo, há 611 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Elas equivalem, aproximadamente, a 13,09% da população total do município, e incluem 157 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa é de 55,34% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social, Gouveia está abaixo da meta de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações para localização das famílias que estão no perfil e ainda não foram cadastradas, além da manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido.

À nível de outras políticas sanitárias, o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), estabelecido pelo Plansab, compõe diretrizes e estratégias para o saneamento em áreas rurais do país. Sendo a presença de significativa área rural no município em questão, salienta-se o Programa como guia para adequação à aspectos locais e regionais. Além disso, diante do cenário de vulnerabilidade social, o entendimento e adequação das possibilidades de implementação de serviços e cobrança de tarifas por meio de instrumentos e investimentos alternativos, como fundos municipais, contribui com os princípios de universalização e equidade.

No contexto de bacia, o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas estabelece agendas que elencam atividades atualmente características e potencialmente protagonistas nas regiões. Levando em conta fatores de relevância e urgência, define-se como foco central do PDRH a Agenda Estratégica Azul (relacionada ao grau de importância dos aspectos qualitativos e quantitativos das

águas da bacia e engloba a percepção populacional, referente à problemática da bacia), voltando para a herméctica de disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos. A extensa mancha urbana representada pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, influenciadora da bacia como um todo, associada à concentração de atividade industrial, identificam fatores consequentes na qualidade dos recursos hídricos, tornando, adicionalmente, a Agenda Estratégica Marrom (relacionada à situação da urbanização, associada ou não à industrialização) importante no cumprimento da Agenda Estratégica Azul.

O PDRH prevê, para a Agenda Estratégica Marrom, ações executivas voltadas ao tratamento de esgoto sanitário; melhoria no sistema de informações; controle de carga poluidora industrial e de carga difusa urbana; redução de perdas de água no abastecimento e ampliação deste, atendendo à população desassistida; implantação de aterros sanitários e, posteriormente, coleta seletiva; recuperação de lixões e áreas degradadas industriais; aumento da eficiência do uso de água na indústria; e, mais relevante neste contexto, implementação de Planos Municipais de Saneamento Básico na bacia.

A perspectiva da universalização e sustentabilidade, incorporando outros aspectos fundamentais do direito humano à água e ao esgotamento sanitário (DHAE) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deve servir como alicerce para formulação e implementação das políticas públicas, especialmente a nível local, inclusive nos planos de saneamento. Desta forma, serão adotados como diretrizes fundamentais neste estudo.

Direitos humanos são todos aqueles que, quando garantidos, asseguram a dignidade e a qualidade de vida. Em 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) finalmente reconheceu o direito humano à água e ao esgotamento sanitário através da Resolução 64/292. Com princípios equivalentes a outros direitos humanos – como a não discriminação e igualdade; o acesso à informação e transparência; a participação; a prestação de contas (accountability); e a sustentabilidade – o direito à água e ao esgotamento sanitário engloba ainda princípios

de disponibilidade; acessibilidade física; qualidade e segurança; acessibilidade econômica; aceitabilidade, dignidade e privacidade.

O reconhecimento das Nações Unidas se dá como respaldo positivo sobre todos os setores da água e do saneamento, apesar de que, diante de diferentes contextos e realidades, os princípios ainda trazem consigo muitos desafios na garantia ao acesso adequado à água e ao esgotamento sanitário de maneira universal.

Em 2015, a adoção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável veio como um reforço na concretização destes direitos. Com metas para o ano de 2030 e indicadores periodicamente analisados, mencionam explicitamente os direitos humanos à água e ao saneamento. Além disso, outras questões se relacionam, fazendo com que sejam destacados os seguintes objetivos:

- Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
- Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
- Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
- Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
- Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
- Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
- Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
- Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
- Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
- Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

No objetivo de água e saneamento, ressalta-se atenção necessária a populações vulneráveis, redução da poluição, reutilização segura e eficiência do uso da água, gestão integrada dos recursos hídricos, proteção de ecossistemas e fortalecimento do envolvimento de comunidades locais.

Com o foco nas cidades, destaca-se a redução do impacto ambiental negativo com atenção especial à gestão de resíduos municipais e, no tocante a produção e consumo, o alcance do manejo sustentável de produtos químicos e resíduos e redução da geração destes através da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



8. METODOLOGIA E DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

De acordo com o que é recomendado para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, atendendo às disposições constantes no Termo de Referência, a estruturação das atividades se dará conforme divisão e cronograma dos produtos esperados, sendo eles:

- PRODUTO 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB
- PRODUTO 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico
- PRODUTO 3 - Prognóstico, Programas, Projetos e Ações
- PRODUTO 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências
- PRODUTO 5 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico
- PRODUTO 6 - Relatório Final do PMSB - Documento Síntese

A seguir, é explorada a estruturação metodológica geral das atividades em cada produto seguidas de descrição detalhada. Na Tabela 8.1 apresenta-se a inter-relação e a sequência lógica dos produtos e atividades.

Tabela 8.1 - Estruturação metodológica

| Produto | Atividades |
|--|---|
| PRODUTO 1 Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB | <ul style="list-style-type: none"> - Reunião Agência Peixe Vivo - Reunião de Início Municípios - Formação do Grupo de Trabalho - Elaboração do Plano de Trabalho, Programas de Mobilização Social e Comunicação Social - Apresentação do Plano de Trabalho aos GTs |
| PRODUTO 2 Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico | <ul style="list-style-type: none"> - Planejamento e Coleta de Dados Secundários - Visita de Campo - Elaboração do Relatório do Diagnóstico Técnico - Apresentação da versão preliminar ao GT - Audiência Pública Diagnóstico |
| PRODUTO 3 Prognóstico, Programas, Projetos e Ações | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Prognóstico - Estudo de alternativas para a gestão - Elaboração dos cenários - Elaboração dos Programas, Projetos e Ações - Hierarquização das áreas de intervenções prioritárias - Apresentação da versão preliminar ao GT - Audiência Pública Prognóstico |
| PRODUTO 4 Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática do PMSB - Elaboração de ações para emergências e contingências |
| PRODUTO 5 Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Termo de Referência para o Sistema de Informações Municipais |
| PRODUTO 6 Relatório Final do PMSB - Documento Síntese | <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do Relatório Final - Elaboração das minutas de lei - Apresentação da versão preliminar ao GT - Solenidade de entrega do PMSB |

Fonte: HIDROBR (2018).

8.1 PRODUTO 1 - Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação do PMSB

Refere-se ao planejamento de ações e métodos a serem adotados na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, apresentado neste documento. Inclui a abordagem metodológica, descrição de atividades previstas, cronograma, equipe, e ainda a proposta de participação social. Busca alocar recursos e definir diretrizes.

- Reunião Agência Peixe Vivo

Após o ato da assinatura do contrato, a diretoria da Agência Peixe Vivo promove uma reunião de alinhamento com o corpo técnico da HIDROBR a fim de introduzir à condução dos trabalhos e esclarecer todas as premissas necessárias ao seguimento bem-sucedido das atividades.

- Reunião de Início Municípios

Como parte da ambientação e reconhecimento dos sistemas e atores envolvidos, com a intenção de direcionar as atividades do estudo, foi realizada uma reunião inicial no município. Através do estabelecimento de contatos, foi apresentado com clareza à equipe de gestão municipal os assuntos e demandas do período de elaboração do Plano, bem como responsabilidades posteriores, garantindo suporte político ao seu desenvolvimento.

- Formação do Grupo de Trabalho

Por meio de Decreto Municipal, a Prefeitura Municipal deverá indicar um Grupo de Trabalho (GT) do Plano Municipal de Saneamento Básico, formado por representantes da prestação de serviço, do poder público, sociedade civil e usuários dos sistemas. Este GT, através de um perfil participativo, será responsável pela operacionalização do PMSB. Ele ainda contará com colaboração permanente da Agência Peixe Vivo para pleno desempenho de suas funções.

- Elaboração do Plano de Trabalho, Programas de Mobilização Social e Comunicação Social

Com a finalidade de refletir o planejamento do Plano e o processo para sua elaboração, incluso etapas e atividades, cronograma e prazos, bases técnicas e metodológicas, entre outros, elabora-se o documento conclusivo do Produto 1. Nele também se fazem parte os Planos de Mobilização e de Comunicação Social, para garantia do envolvimento da população e do exercício da cidadania.

- Apresentação do Plano de Trabalho aos GTs

A primeira versão do documento elaborada deve ser apresentada ao Grupo de Trabalho com o objetivo de colher observações e possíveis colaborações para

conclusão efetiva do processo, que ainda contará com avaliação da Agência Peixe Vivo.

8.2 PRODUTO 2 - Diagnóstico da Situação do Saneamento Básico

O diagnóstico da área de planejamento é realizado a partir de levantamento de dados secundários e coleta de dados primários. Buscando elevado nível de compreensão do funcionamento dos sistemas e dinâmicas locais, checklists (encontrados no Anexo D) devem ser preenchidos. Desta forma, é possível aproximar da realidade e garantir propostas e modelos mais adequados à situação do saneamento e necessidades locais.

- Planejamento e Coleta de Dados Secundários

O diagnóstico deve se pautar em uma abordagem sistêmica, cruzando informações sociais, econômicas, ambientais e institucionais para caracterização da situação anterior à implementação do PMSB.

Conforme disponibilidade e necessidade, deverão ser coletadas informações através de dados de instituições municipais, estaduais, federais, e não governamentais, buscando abranger: legislação local no campo do saneamento, saúde e meio ambiente; estudos, planos e projetos de saneamento básico; estrutura e capacidade institucional existente para planejamento, prestação, fiscalização e regulação dos serviços e controle social; estudos de projeção populacional; situação econômica e capacidade de pagamento dos usuários; informações de políticas correlatadas.

Os seguintes bancos de dados são adotados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde, Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, Atlas do Desenvolvimento Humano, InfoSanbas, Atlas de Abastecimento Urbano de Água da Agência Nacional de Águas. Maiores detalhes são abordados no item 9.

- Visita de Campo

A HIDROBR realizará levantamento de dados primários através da visita de campo. Informações deverão ser coletadas junto a localidades, domicílios, população, unidades dos sistemas de saneamento existentes, cursos d'água, vias públicas, prestadores de serviços, entidades, entre outros. A obtenção será guiada por coleta de dados, entrevistas, questionários, reuniões e outras metodologias adequadas. Será acompanhada de análise crítica à situação dos sistemas e de elementos elaborados e disponíveis, como fotografias, croquis, mapas e tabelas.

A coleta de dados deve considerar a identificação dos atores sociais e delineamento básico de perfil e envolvimento com o saneamento básico; envolvimento de órgãos responsáveis pelos serviços públicos de saneamento básico, de saúde e do meio ambiente, entidades de representação da sociedade civil, instituições de pesquisa, ONGs e demais órgãos locais que tenham atuação com questões correlatas; e realização de inspeções de campo para a verificação e caracterização da prestação dos serviços.

- Elaboração do Relatório do Diagnóstico Técnico

Conforme coletas primárias e secundárias, o diagnóstico irá englobar áreas urbanas e rurais, de modo a subsidiar a elaboração ou atualização dos projetos técnicos setoriais de saneamento básico: Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas.

Abordando dados gerais do município, demografia urbana e rural e análises estratificadas, dados populacionais, vocações econômicas, infraestrutura, caracterização geomorfológica, climatológica, hidrográfica, hidrogeológica e topográfica, além das áreas de interesse social, de proteção ambiental, identificação de áreas de fragilidade sujeitas a inundação ou deslizamento, e consolidação de informações socioeconômicas, cartográficas, físicos territoriais e ambientais disponíveis sobre o município e região.

Quanto à questão institucional, deve ser realizado um levantamento e análise de legislação sobre saneamento básico, desenvolvimento urbano, saúde e meio ambiente, análise da infraestrutura para gestão dos serviços nos quatro eixos, identificação de contratos de concessão, análise da política tarifária, levantamento de ações previstas nos Planos Plurianuais, reconhecimento de redes e órgãos para apoio à projetos de educação ambiental, programas locais existentes de saneamento nas áreas correlatadas e de sistema de comunicação local e capacidade de difusão.

A caracterização do saneamento básico contemplará diagnóstico do Abastecimento de Água Potável, do Esgotamento Sanitário, da Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, da Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas. Serão englobados cobertura e qualidade dos serviços, consumo per capita de água, existência de outorga para captação de água e lançamento de efluentes, avaliação de disponibilidade de mananciais, descrição e avaliação dos sistemas existentes e capacidade de atendimento, apontamento de novas alternativas, identificação de projetos futuros, elaboração de mapas, caracterização por meio de indicadores técnicos, operacionais e financeiros, diagnóstico dos resíduos gerados no território e dos geradores, identificação de áreas para disposição final, procedimentos operacionais e especificações mínimas, regras para transporte, definição de responsabilidades, identificação de lacunas, inventário de atuação de catadores, reconhecimento das formas de coleta seletiva (cooperativas, associações, entre outros), informação de áreas de risco, identificação de deficiências no sistema natural de drenagem, a partir de estudos hidrológicos, estudo de características morfológicas da bacia, análise de processos erosivos, além de investigações e diagnósticos complementares.

Por fim, será realizado diagnóstico dos setores inter-relacionados ao saneamento básico (desenvolvimento urbano e habitação, meio ambiente e recursos hídricos, saúde, entre outros considerados relevantes).

- Apresentação da versão preliminar ao GT

A primeira versão do produto elaborado deve ser apresentada ao Grupo de Trabalho com o objetivo de colher observações e possíveis colaborações para conclusão efetiva do processo, que ainda contará com avaliação da Agência Peixe Vivo.

- Audiência Pública Diagnóstico

Será desenvolvido um capítulo descritivo relacionado à Audiência Pública de apresentação do Diagnóstico do PMSB, incluindo estratégias de divulgação e mobilização adotadas, materiais produzidos, lista de presença, fotos e ata com aspectos discutidos, incluindo atendimento às colocações dos participantes.

Deve conter também um relato sobre o encontro com o GT para a apresentação preliminar do produto.

8.3 PRODUTO 3 - Prognóstico, Programas, Projetos e Ações

Partindo das necessidades identificadas no diagnóstico, o produto envolve a formulação de estratégias para alcance das metas do Plano. De maneira geral, inclui a criação ou adequação da estrutura municipal para planejamento, prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social, além assistência técnica, promoção da gestão associada via convênios ou consórcios.

Ainda contará com análise e seleção de alternativas de intervenção às condições sanitárias, compatibilizando com políticas e estruturas institucionais existentes.

As projeções serão feitas de modo a serem previstas para o horizonte de projeto e contemplando definições adequadamente detalhadas, a fim de possibilitar a formulação de projetos técnico-operacionais na implementação dos serviços.

Por fim, relacionando oferta e demanda ao longo do tempo, será definido um conjunto de programas, projetos e ações para alcance.

- **Elaboração do Prognóstico**

É preciso iniciar com a realização do estudo de projeção populacional, a fim de balizar estimativa de demandas e de capacidades, visando o período de 20 (vinte) anos e programando revisões de até quatro anos. A metodologia do estudo será devidamente apresentada, bem como sua adequação conforme outros estudos existentes.

A proposta de diretrizes e medidas estruturais e estruturantes deve ser o produto de uma análise integrada, levando em conta a otimização do sistema existente. Serão avaliadas, assim, alternativas para gestão dos serviços de saneamento, respectivas demandas, cenários alternativos, compatibilidade entre déficits e proposições, hierarquização de áreas de intervenção e definição de objetivos e metas, acompanhados de indicadores. As soluções dos sistemas e serviços apresentadas apresentarão viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental.

- **Estudo de alternativas para a gestão**

Por vezes, a intervenção aos serviços de saneamento não será dada de maneira estrutural, mas de forma estruturante, envolvendo atividades de planejamento, prestação de serviços, regulação, fiscalização e controle social.

A avaliação e estudo de alternativas institucionais se faz efetivo para a otimização e garantia do funcionamento do sistema. Desta forma, serão apresentadas análises para cada componente de maneira crítica, buscando apontar a melhor adequação à realidade local, definindo ou criando órgãos competentes, e propondo cooperações regionais quando pertinente.

Destaca-se a adequação socioeconômica como ponto essencial à garantia do acesso a todos ao saneamento básico, como prática da tarifa social.

- **Elaboração dos cenários**

Um cenário é construído através de hipóteses criadas a partir do reconhecimento da situação atual e perspectivas de eventos e acontecimentos. O estabelecimento de alternativas para um futuro no que tange a realidade do saneamento municipal deve

ser reflexivo e crítico, a fim de contemplar distintas aspirações sociais e adequação aos prazos estabelecidos.

Para o planejamento, é essencial a criação de futuros através de uma matriz de interação das variáveis relacionadas ao saneamento, como de cobertura dos serviços, vislumbrando diferentes níveis de alcance e desenvolvimentos para as metas propostas, de forma progressista a cenários mais otimistas ou mais pessimistas, baseando na abordagem do Plansab à estratégia de futuro.

- **Elaboração dos Programas, Projetos e Ações**

Os objetivos trazidos no prognóstico serão detalhados e estruturados nesta etapa, através de um conjunto de programas, projetos e ações para seu alcance, sendo divididos em Programas de Ações Imediatas e Programas de Ações do PMSB (curto médio e longo prazo), sendo compatíveis com os Planos Plurianuais e outros planos governamentais, identificando possíveis fontes de financiamento e estratégias de acompanhamento e integração.

O Programa de Ações Imediatas será instrumento conector entre demandas de serviços existentes na administração municipal e o Plano de Saneamento, de forma a identificar, contemplar e avaliar sua conveniência com os estudos do PMSB.

Por sua vez, o Programa de Ações considerando o horizonte de curto (1 a 4 anos), médio (4 a 8 anos) e longo (8 a 20 anos) prazo atingindo todas as frentes do saneamento. Apresentará, no mínimo: definição de programas, projetos e ações com estimativas de custos; estabelecimento de metas de curto, médio e longo alcance; hierarquização e priorização; análise de viabilidade técnica e econômico-financeira; definição de indicadores, nível de qualidade e eficiência e de recursos humanos e materiais necessários para concretização. Dentre as temáticas, deve promover o direito à cidade, saúde e qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e melhoria do gerenciamento, prestação de serviços e sustentabilidade.

- Hierarquização das áreas de intervenções prioritárias

A partir de critérios de hierarquização para intervenções prioritárias em determinadas áreas do município, principalmente tangentes a investimento, as metas e os programas, projetos e ações serão estabelecidos. Indicadores sociais, ambientais e de saúde guiarão a análise.

- Apresentação da versão preliminar ao GT

A primeira versão do produto elaborado deve ser apresentada ao Grupo de Trabalho com o objetivo de colher observações e possíveis colaborações para conclusão efetiva do processo, que ainda contará com avaliação da Agência Peixe Vivo.

- Audiência Pública Prognóstico

Será desenvolvido um capítulo descritivo relacionado à Audiência Pública de apresentação dos Programas, Projetos e Ações, incluindo estratégias de divulgação e mobilização adotadas, materiais produzidos, lista de presença, fotos e ata com aspectos discutidos, incluindo atendimento às colocações dos participantes.

Deve conter também um relato sobre o encontro do GT para a apresentação preliminar do produto.

8.4 PRODUTO 4 - Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências

Com a previsão do estabelecimento de métodos de avaliação dos serviços de saneamento básico, serão desenvolvidas ferramentas quantitativas a subsidiar o monitoramento da eficiência e eficácia da atividade de gestão.

Ainda, o produto contempla ações para emergência e contingência de forma preventiva e reativa, com o objetivo de garantir resiliência e perenidade ao sistema.

- Elaboração de mecanismos e procedimentos para avaliação sistemática do PMSB

Serão sugeridos mecanismos e procedimentos para o monitoramento e avaliação dos resultados do Plano levando em conta eficácia, eficiência e efetividade das ações programadas, e para a assistência técnica de órgãos municipais, regionais, estaduais e federais.

O documento deve ainda conter procedimentos para o monitoramento e avaliação dos objetivos e metas e dos resultados de suas ações, além de atividades para divulgar mecanismos de controle social.

O Plano deverá ser revisado, no máximo, a cada 4 (quatro) anos, e devem ser definidos para coleta periódica indicadores de índice de acesso, qualidade e articulação com outras políticas urbanas. Serão instituídos mecanismos de representação da sociedade para tal monitoramento e acompanhamento.

- Elaboração de ações para emergências e contingências

Toda possível ação gerada por uma ocorrência fora da normalidade ou até extrema, como aumento de demanda, falha operacional, contaminação, escassez decorrente de longa estiagem, situações provenientes de desastres naturais, entre outros, requer articulação imediata para conter e controlar os riscos e as possíveis consequências. Neste sentido, como resposta e com a finalidade de manter a qualidade dos serviços, preservar a integridade das pessoas e minimizar danos a propriedades e ao meio ambiente, devem ser estabelecidas ações para emergência e contingência.

Serão estabelecidos Planos de Racionamento e Atendimento a Aumentos de Demanda Temporária; regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive com adoção de mecanismos tarifários de contingência; e diretrizes para a articulação com os Planos Municipais de Redução de Risco e para a formulação do Plano de Segurança da Água.

8.5 PRODUTO 5 - Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



Baseando-se em especificações desejadas e ferramentas acessíveis e eficientes, o produto em questão envolve detalhar conteúdos a serem abordados para guiar a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico. É prevista a entrega de um banco de dados consolidado, informações dos quatro eixos do saneamento básico, que servirão de base para o cálculo de indicadores propostos e seus valores iniciais.

- Elaboração do Termo de Referência para o Sistema de Informações Municipais
- O Sistema de Informação Municipal de Saneamento Básico será composto por indicadores facilmente obteníveis, apuráveis e compreensíveis, além de confiáveis em conteúdo e fonte. Tais indicadores devem medir os objetivos e metas do Plano sobre os serviços de saneamento de forma eficiente, eficaz e efetiva.

O sistema deve ser projetado a atender diretrizes do Sistema Nacional de Informação em Saneamento (SNISA), ou, até sua disponibilidade, ter como referência o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

O sistema deve ser desenvolvido pela Prefeitura ou através da contratação de firma especializada em software. Ainda é essencial conter banco de dados associado a ferramentas de geoprocessamento, buscando facilitar a identificação de demandas e o processo de tomada de decisão e resolução de problemas relacionados aos serviços de saneamento básico.

Compõem seus propósitos o planejamento e execução de políticas públicas; a orientação da aplicação de recursos; a avaliação de desempenho dos serviços; o aperfeiçoamento da gestão, elevando os níveis de eficiência e eficácia; a orientação de atividades regulatórias e de fiscalização; a contribuição para o controle social; e a utilização de indicadores como referência para comparação e para medição de desempenho no setor de saneamento brasileiro.

8.6 PRODUTO 6 - Relatório Final do PMSB - Documento Síntese

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



Consiste em um documento resumo dos produtos anteriormente descritos. Sua finalização configura-se na existência do Plano Municipal de Saneamento de Gouveia.

- **Elaboração do Relatório Final**

Como síntese dos produtos elaborados, se faz a materialização do Plano Municipal de Saneamento Básico. Este produto deve possuir linguagem acessível e independência para entendimento, uma vez que os anteriores se farão componentes de análises técnicas mais profundas.

- **Elaboração das minutas de lei**

Como anexo do Relatório Final, serão ser apresentadas sugestões administrativas para implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e proposição de minutas da legislação e regulação básica referentes à Política Municipal de Saneamento Básico, a saber: Minuta de Regulamento da Política Municipal de Saneamento Básico (traz o PMSB como anexo); Minuta de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água; Minuta de Regulamento dos Serviços de Esgotamento Sanitário; Minuta de Regulamento dos Serviços de Limpeza Urbana e Manejo dos Resíduos Sólidos; e Minuta de Regulamento dos Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas.

- **Apresentação da versão preliminar ao GT**

A primeira versão do produto elaborado deve ser apresentada ao Grupo de Trabalho com o objetivo de colher observações e possíveis colaborações para conclusão efetiva do processo, que ainda contará com avaliação da Agência Peixe Vivo.

- **Solenidade de entrega do PMSB**

Ao final de todo trabalho, será organizada e realizada uma solenidade pública para entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico, que deverá contar com a presença de representantes da Prefeitura Municipal, do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e população.

8.7 FLUXOGRAMA

Avaliando todo processo de elaboração do PMSB, a Figura 8.1 apresenta possíveis facilitadores e dificultadores em cada etapa de elaboração dos produtos previstos no desenvolvimento do PMSB.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



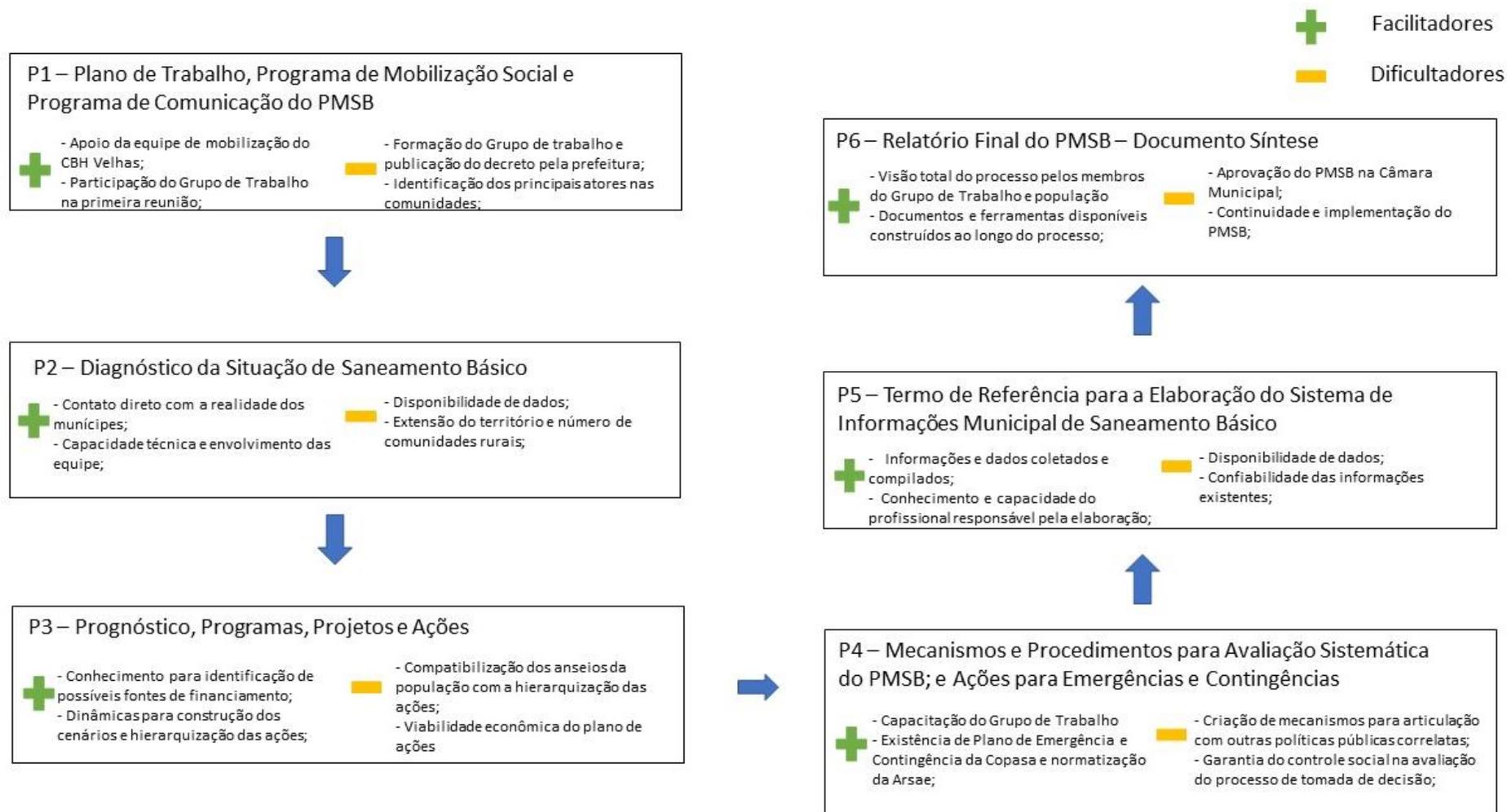
APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



Figura 8.1 - Fluxograma com facilitadores e dificultadores em cada etapa de construção do PMSB



Fonte: HIDROBR (2018).

9. BASES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Guiado pela perspectiva da bacia hidrográfica, considerando escalas temporais e espaciais, a elaboração do trabalho será fundamentada na análise e consistência de dados secundários e na aquisição de dados primários. No caso de ausência, metodologias alternativas deverão ser propostas, assim como análises qualitativas.

De maneira geral, a elaboração do trabalho terá a seguinte base de dados, apresentada na Tabela 9.1.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



Tabela 9.1 - Base de dados para elaboração do PMSB

| Base de dados |
|---|
| Atlas de Abastecimento Urbano de Água da Agência Nacional de Águas |
| Atlas do Desenvolvimento Humano (www.atlasbrasil.org.br) |
| Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (www.mds.gov.br) |
| Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (cbhvelhas.org.br) |
| Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) (www.cprm.gov.br) |
| Companhia de Saneamento de Minas Gerais (www.copasa.com.br) |
| Consórcio de Saneamento Básico Central de Minas (CORESAB) (diagnósticos e estudos) |
| Fundação Estadual de Meio Ambiente (www.feam.br) |
| InfoSanbas – Dados abertos sobre o saneamento básico no Brasil (www.infosanbas.org.br) |
| Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (www.ibge.gov.br) |
| Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) (www.igam.mg.gov.br) |
| Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) (inmet.gov.br) |
| Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br) |
| Organização das Nações Unidas (ONU) (www.nacoesunidas.org) |
| Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) (www.ibge.gov.br) |
| Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas (PDRH) |
| Prefeitura Municipal (legislação e planos municipais) |
| Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) (www.pnsr.desa.ufmg.br) |
| Projeção da Demanda Demográfica Habitacional, o Déficit Habitacional e Assentamentos Precários (www.cidades.gov.br) |
| Sistema de Informações do Sistema Único de Saúde (www.datasus.gov.br) |
| Sistema Nacional de Informações em Saneamento (www.snis.gov.br) |
| Estudos referentes à área de interesse, informações municipais, regionais, estaduais e federais levantadas por outras organizações e demais fontes a serem acessadas durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico |

Fonte: HIDROBR (2018).

Cabe destacar que a elaboração do Plano Municipal de Saneamento deve ser feita através da participação e envolvimento de diversos atores, cujo conhecimento técnico, vivência e opinião formam bases para adequação da realidade local e garantia da efetivação e continuidade do planejamento e atuação.

10. RESPONSABILIDADES

A elaboração do PMSB envolve diversas instituições e atores, nesse sentido, é de suma importância que as responsabilidades sejam bem delimitadas e que cada um tenha clara compreensão sobre seu papel no processo como um todo. A responsabilidade de cada entidade pode ser vista na Tabela 10.1.

Tabela 10.1 - Responsabilidades das Entidades Envolvidas

| Entidade | Responsabilidades |
|--|--|
| HIDROBR | <ul style="list-style-type: none"> - Coordenar, elaborar e entregar todos os produtos especificados, por meio de equipe técnica qualificada - Viabilizar a realização de todos os eventos e reuniões previstos no Plano de Mobilização |
| Agência Peixe Vivo | <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os trabalhos desenvolvidos pela HIDROBR - Efetuar os pagamentos a HIDROBR mediante entrega dos produtos conforme especificação |
| CBH Velhas | <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as ações de divulgação do processo de elaboração do Plano - Participar das reuniões de mobilização social |
| Município de Gouveia e Grupo de Trabalho | <ul style="list-style-type: none"> - Instituir por meio de Decreto o Grupo de Trabalho - Fornecer suporte institucional e informações necessárias à elaboração do Plano - Auxiliar na mobilização das reuniões do Grupo de Trabalho e nas Audiências Públicas |
| Copasa/Arsae/Coresab | <ul style="list-style-type: none"> - Fornecer informações sob sua responsabilidade necessárias a elaboração do Plano |

Fonte: HIDROBR (2018).

A equipe HIDROBR responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento é apresentada nas Tabelas 10.2 e 10.3.

Tabela 10.2 - Equipe Chave PMSB

| Nome | Especialização | Atribuição de Tarefas |
|--------------------------------------|-------------------------------|--|
| José do Carmo Dias | Engenharia Civil | Coordenação Geral |
| Vitor Carvalho Queiroz | Engenharia Civil | Coordenação Técnica/Especialista em Gestão de Saneamento |
| José do Carmo Dias | Engenharia Civil | Elaboração de planos/projetos de abastecimento de água e tratamento de esgoto |
| Leonardo Augusto Teixeira dos Santos | Engenharia Civil | Especialista Água, Esgoto e Resíduos Sólidos |
| José Alberto da Mata Mendes | Engenharia Civil | Elaboração de planos/projetos de gestão de resíduos sólidos |
| Janice Schmidt de Novaes | Engenharia Civil | Elaboração de planos/projetos de drenagem urbana |
| Vitor Lages do Vale | Engenharia Civil | Especialista em Drenagem |
| Bruno Aguiar Carrara de Melo | Economia | Avaliação dos aspectos econômico-financeiros da implantação do PMSB, nos referidos municípios |
| Paulo Sérgio Mendes César | Direito | Apoio técnico-jurídico, para elaboração de PMSB, de acordo com as legislações locais de saneamento, saúde e meio ambiente |
| Marco Túlio Ferreira Eduvige | Ciências Sociais / Sociologia | Elaboração e desenvolvimento de ações de educação socioambiental, adequados à realidade socioeconômica local |
| Guilherme Gandra Franco | Geografia | Elaboração de base de dados consolidados técnicos a partir de indicadores de avaliação, tendo como elementos de análise sistemas de infraestrutura, serviços de saneamento, saúde, bem como demais elementos necessários à consolidação de análises e Planos de Saneamento |

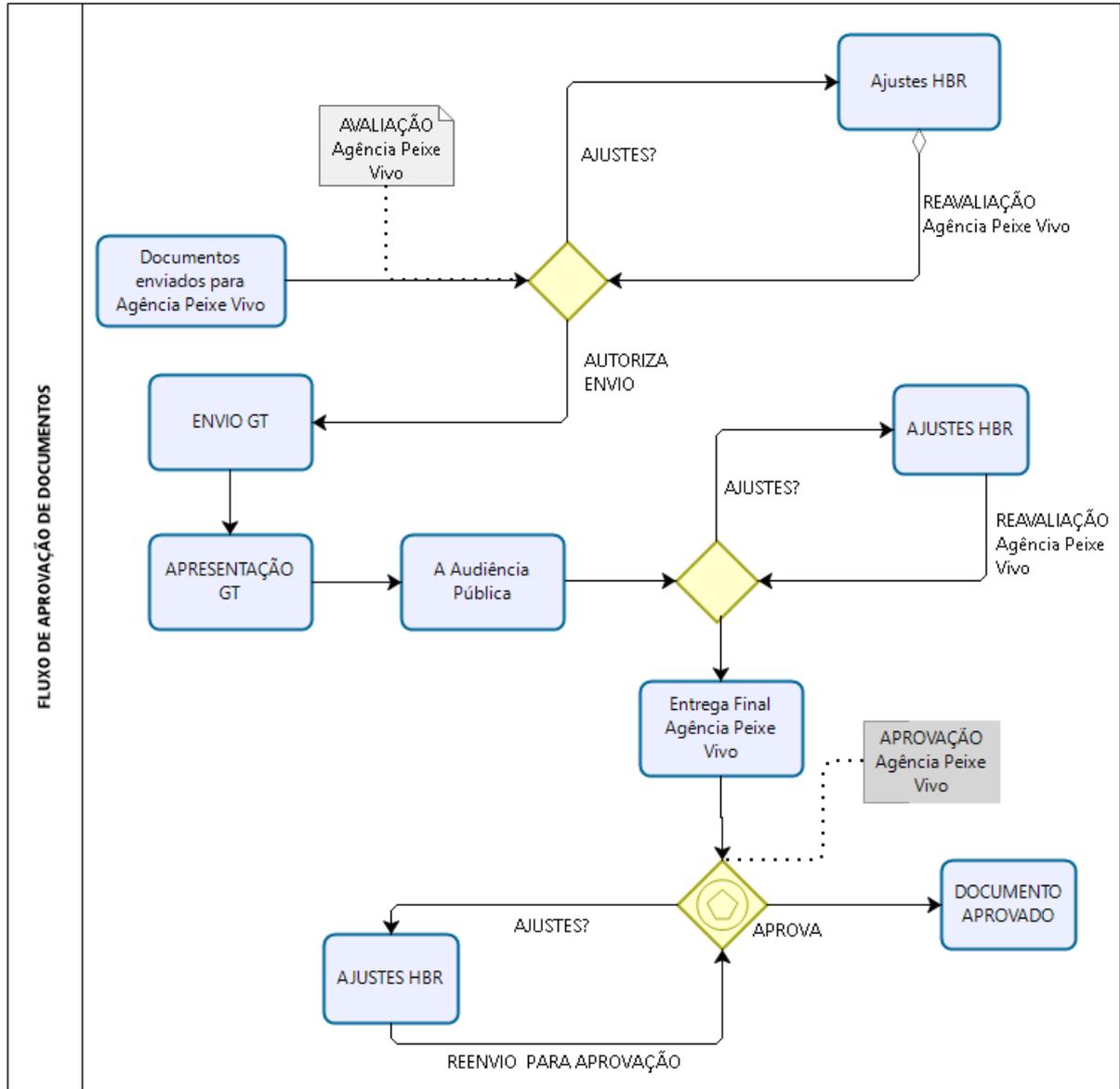
Tabela 10.3 - Equipe de Apoio PMSB

| Nome | Especialização |
|------------------------------------|--|
| Gustavo Luiz Souza da Conceição | Profissional de Comunicação |
| Adriana Maria da Fonseca Rodrigues | Auxiliar Audiência Pública |
| Fernando Sales Gonçalves | Profissional de Letras |
| Lucas Martins Machado | Engenheiro/Técnico de Campo |
| Stella Braga de Andrade | Engenheira/Suporte Drenagem e Geoprocessamento |
| Rui Gabriel Modesto Souza | Engenheiro/Suporte Água e Esgoto |
| Carolina Silva Detino | Engenheira/Suporte Orçamento |
| Sofia Corradi Oliveira | Estagiária |

Um dos principais gargalos na interação entre os diferentes atores envolvidos é a disponibilização das informações e documentos nos prazos acordados. Para que não haja problemas, a HIDROBR estabelecerá contato constante com todos envolvidos, não apenas no intuito de efetuar cobranças, mas principalmente para oferecer apoio e suporte técnico, caso seja necessário.

O processo de entrega e aprovação dos documentos é apresentado na Figura 10.1.

Figura 10.1 - Fluxo de Aprovação de Documentos



Fonte: HIDROBR (2018).

11. CRONOGRAMA

Para atender os objetivos propostos no Plano de Trabalho, apresenta-se na Figura 11.1 o cronograma com a previsão de datas de todas as atividades previstas.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



APOIO INSTITUCIONAL



REALIZAÇÃO



Figura 11.1 - Cronograma de atividades

| Produto | Código | Atividade | Data Início | Data Término | Meses | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------|--------|--|-------------|--------------|-------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|----|
| | | | | | M1 | | M2 | | M3 | | M4 | | M5 | | M6 | | M7 | | M8 | | M9 | | M10 | |
| | | | | | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 | Q1 | Q2 |
| 1 | 1 | Plano de Trabalho | 12/11/2018 | 12/12/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.1 | Reunião de início | 20/11/2018 | 22/11/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.2 | Elaboração do Plano de Trabalho | 12/11/2018 | 12/12/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.3 | Elaboração do Plano de Mobilização Social | 12/11/2018 | 12/12/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1.4 | Elaboração do Plano de Comunicação Social | 12/11/2018 | 12/12/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | 2 | Diagnóstico da situação do saneamento | 12/11/2018 | 11/03/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.1 | Apresentação do Plano de Trabalho ao GT | 12/12/2018 | 18/12/2018 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.2 | Coleta de dados secundários | 12/11/2018 | 25/01/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.3 | Visita a campo | 07/01/2019 | 18/01/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.4 | Elaboração do Diagnóstico Técnico - Participativo | 23/11/2018 | 01/02/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.5 | Envio Agência Peixe Vivo | 04/02/2019 | 04/02/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.6 | Envio GT | 11/02/2019 | 11/02/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.7 | Apresentação da versão preliminar ao GT | 18/02/2019 | 19/02/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.8 | Audiência Pública - Diagnóstico | 20/02/2019 | 21/02/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2.9 | Entrega do Produto Diagnóstico | 21/02/2019 | 11/03/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | 3 | Prognóstico, Programas, Projetos e Ações | 12/03/2019 | 12/06/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.1 | Elaboração do Prognóstico | 12/03/2019 | 02/04/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.2 | Estudo de alternativas para a gestão | 03/04/2019 | 12/04/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.3 | Elaboração dos Programas, Projetos e Ações | 15/04/2019 | 26/04/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.4 | Hierarquização das ações | 29/04/2019 | 10/05/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.5 | Envio Agência Peixe Vivo | 13/05/2019 | 13/05/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.6 | Envio GT | 16/05/2019 | 16/05/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.7 | Apresentação da versão preliminar ao GT | 27/05/2019 | 28/05/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.8 | Audiência Pública - Prognóstico | 29/05/2019 | 30/05/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 3.9 | Entrega do Produto Prognóstico | 31/05/2019 | 12/06/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | 4 | Mecanismos e Avaliação Sistemática do PMSB e Ações para Contingências e Emergências | 13/06/2019 | 05/07/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 4.1 | Elaboração de mecanismos e avaliação sistemática | 13/06/2019 | 28/06/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 4.2 | Elaboração de ações para contingências e emergências | 01/07/2019 | 05/07/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | 5 | Termo de Referência para elaboração do Sistema de Informações Municipais | 08/07/2019 | 19/07/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.1 | Elaboração do Termo de Referência | 08/07/2019 | 19/07/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | 6 | Relatório final do PMSB - documento síntese | 22/07/2019 | 11/09/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.1 | Elaboração do Relatório Final e das minutas de lei | 22/07/2019 | 09/08/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.2 | Envio Agência Peixe Vivo | 12/08/2019 | 12/08/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.3 | Envio GT | 19/08/2019 | 19/08/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.4 | Apresentação da versão preliminar ao GT | 26/08/2019 | 27/08/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.5 | Entrega do Relatório Final do PMSB e das minutas de lei | 05/09/2019 | 05/09/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 6.6 | Solenidade de entrega do PMSB | 09/09/2019 | 11/09/2019 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Legenda:
 Execução
 Entrega

Fonte: HIDROBR (2018).

12. PLANO DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL

12.1 Introdução

O Plano de Mobilização e Comunicação Social pretende assegurar as condições para a ampla e efetiva participação da sociedade civil e dos prestadores dos serviços, bem como de outras instituições com interfaces com o saneamento. A participação dos diversos segmentos sociais interessados – moradores, comerciantes, empresários, trabalhadores e produtores rurais, trabalhadores do saneamento, técnicos e representantes de entidades que atuam na área de saneamento e de organismos de defesa do direito da sociedade e dos cidadãos – fornece legitimidade ao processo de planejamento.

A participação social é condição indispensável para concretizar o PMSB, pois nela estão inseridas as necessidades e anseios da população; a leitura concreta da realidade que se quer mudar; o direcionamento positivo dos conflitos de interesses, com predomínio dos interesses da maioria; as forças favoráveis às mudanças pretendidas e a motivação da comunidade em acompanhar, fiscalizar e exigir a efetivação do Plano.

É importante ressaltar que o envolvimento da população deve ser voluntário e comprometido. Participar não se restringe a receber as informações e conhecer as propostas. O processo de participação social deverá garantir aos cidadãos o direito de propor e opinar diretamente sobre os temas em discussão e de se manifestar nos processos de decisão.

Assim, o Plano de Mobilização e Comunicação Social, no âmbito da elaboração do PMSB do município de Gouveia, busca a convergência de propósitos, a mediação de possíveis conflitos, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse coletivo.

Nesse sentido, pretende-se garantir a disseminação e o amplo acesso às informações em cada etapa de discussão e deliberação a todos os segmentos sociais em todas as

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO



Subcomitê da
Bacia hidrográfica
do Rio Paraúna



63

etapas da elaboração do PMSB, incluindo a disponibilização de canais para recebimento de sugestões e críticas e esclarecimento de dúvidas e o acesso aos estudos e aos resultados do diagnóstico.

Por fim, salienta-se que, não se pretende esgotar as possibilidades de mobilização social com este Plano, sendo que durante o processo de implementação do mesmo, poderão surgir novas estratégias de mobilização.

12.2 Objetivos

O Plano de Mobilização e Comunicação Social objetiva definir instrumentos e estratégias de que garantam às comunidades do município de Gouveia o acesso à informação e a participação em todas as etapas da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, visando assegurar as condições necessárias para a sua elaboração, estimulando o controle social e garantindo a legitimação do PMSB.

Os objetivos específicos são:

- Divulgar a elaboração do Plano de Saneamento Básico para o Município o Diagnóstico atual dos Serviços de Saneamento Básico e os Programas e Ações necessárias, em cada município;
- Sensibilizar a comunidade para participação das atividades referentes ao PMSB;
- Orientar os munícipes à responsabilidade coletiva na preservação e conservação ambiental, por meio de uma reflexão crítica para o desenvolvimento de valores práticos rumo às mudanças culturais e sociais necessárias para adoção de uma política de saneamento ambiental;
- Envolver a população na discussão das potencialidades e dos problemas de saneamento ambiental no Município e suas implicações na qualidade de vida;
- Levantar diretrizes e propostas para soluções de problemas locais, através da manifestação popular, a serem consideradas na construção dos diagnósticos e propostas do Plano.

12.3 Metodologia

Para promover o acesso à informação e a participação em todas as etapas da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a equipe de Mobilização e Comunicação Social adotará diversas técnicas e instrumentos para disseminação das informações relativas à Elaboração do Plano e para a sensibilização da comunidade em geral.

Além da distribuição estratégica de materiais gráficos a mobilização social continuada através do contato direto com o público alvo, com a utilização de redes sociais e outros canais de comunicação e especialmente, com o apoio de agentes multiplicadores. Nesse sentido, a interlocução Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT-PMSB) será de extrema importância para o sucesso das ações planejadas.

O Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT-PMSB) que será responsável por garantir a operacionalização do PMSB. Além disso, este GT-PMSB também possui a finalidade de fazer prevalecer a construção de um PMSB dotado de um perfil participativo.

Para garantir o cumprimento dos objetivos propostos, o trabalho de Mobilização e comunicação social será realizado considerando as seguintes etapas descritas a seguir.

12.3.1 Mapeamento dos seguimentos e setores organizados da cidade

A primeira etapa consiste na identificação dos segmentos e setores organizados da cidade, com o envolvimento dos diferentes segmentos (urbano e rural), por meio de conversas com os representantes da prefeitura e membros do grupo de trabalho e equipe de Mobilização do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Essa ação será essencial para elaboração do mailing, contendo os contatos telefônico e-mails que poderão ser utilizados para divulgação dos eventos e das informações sobre a elaboração do PMSB.

Ressalta-se que o mailing será atualizado periodicamente, conforme os contatos estabelecidos ao longo da elaboração do PMSB e através dos contatos registrados nas listas de presença dos eventos realizados.

12.3.2 Capacitação e articulação com lideranças e membros do Grupo de Trabalho

A capacitação e articulação com lideranças e membros do Grupo de Trabalho (GT-PMSB) e subcomitês de bacia locais visa fortalecê-los como agentes permanentes de divulgação e fiscalização do PMSB nas comunidades.

Serão realizadas 4 (quatro) Reuniões de Alinhamento com o Grupo de Trabalho. As reuniões ocorrerão em espaços públicos disponibilizados pela Prefeitura Municipal ou parceiros e devem-se assegurar a participação representativa de lideranças comunitárias, municipais, sociedade civil organizada, representantes da Câmara de Vereadores, assim como a sociedade interessada, de modo a legitimar o processo participativo na elaboração dos PMSB. Os locais e horários serão definidos posteriormente, conforme indicação/demanda dos integrantes do GT-PMSB.

As reuniões serão desenvolvidas na sede do município, onde a população se concentra na área urbana, e há também maior concentração de entidades, associações, além de propiciar a mobilidade de moradores dos distritos de forma mais centralizada. Ressalta-se que, os encontros centralizados na sede objetivam a otimização de recursos e tempo de execução dos trabalhos.

Conforme determinado no TDR, a HIDROBR será responsável pelo fornecimento de lanches simples nestas reuniões, visando o maior conforto e envolvimento dos participantes.

Todas as reuniões serão documentadas por meio de atas e/ou relatórios, listas de presença e fotografias.

As reuniões estão estruturadas da seguinte maneira:

1º Encontro - Oficina de capacitação e apresentação da proposta de elaboração

do PMSB: Considerando que os problemas de saneamento de uma localidade não são apenas de responsabilidade do governo, mas também da sociedade, a mobilização da sociedade em torno das questões relacionadas ao saneamento é de extrema relevância. Assim, antes da execução das ações de mobilização, é necessário que se propicie um momento de apresentação e capacitação e sensibilização dos sujeitos sociais para o trabalho de informação e difusão da elaboração dos planos. A 1ª Reunião contemplará as seguintes etapas:

- a) Capacitação: Plano Municipal de Saneamento Básico: eixos temáticos, desafios e perspectivas.
- b) Apresentação do Plano de Trabalho, incluindo a metodologia estratégias de atuação e o cronograma de execução do PMSB.
- c) Realização de Diagnóstico Rápido Participativo por meio das técnicas de Word Café e/ou elaboração de “Biomapas”.

2º Encontro: Apresentação da versão preliminar do Diagnóstico (Produto 2), discussão e realização dos alinhamentos necessários. O documento contendo a versão preliminar do diagnóstico será encaminhada previamente, via e-mail, aos integrantes do GT-PMSB para avaliação. Os mesmos terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para realizarem, por escrito, as considerações necessárias. A equipe da HIDROBR julgará a pertinência das mesmas para inclusão e/ou ratificação do documento antes do 2º Encontro. Se até a data do encontro não houver manifestações, a equipe da HIDROBR seguirá com a apresentação da versão preliminar do Diagnóstico e norteará as possíveis discussões.

3º Encontro: Discussão dos cenários propostos para o PMSB, apresentação da versão preliminar do “Prognóstico, Programas, Projetos e Ações”, e realização dos alinhamentos necessários. O documento contendo a versão preliminar será

encaminhada previamente, via e-mail, aos integrantes do GT-PMSB, para avaliação. Os mesmos terão o prazo de 10 (dez) dias corridos para realizarem, por escrito, as considerações necessárias. A equipe da HIDROBR julgará a pertinência das mesmas para inclusão e/ou ratificação do documento antes do 3º Encontro. Se até a data do encontro não houver manifestações, a equipe da HIDROBR seguirá com a apresentação da versão preliminar e norteará as possíveis discussões.

4º Encontro: Apresentação do Relatório Final do Plano de Saneamento Básico e planejamento da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

12.3.3 Apresentação, discussão e legitimação das propostas

A apresentação, discussão e legitimação das propostas formuladas pela equipe técnica, com base no acúmulo dos processos participativos anteriores, ocorrerá através da realização de Audiências Públicas e uma Conferência Municipal de Saneamento Básico.

- **Audiências Públicas**

Conforme previsto no TDR, serão realizadas 2 (duas) Audiências Públicas no município. Essas audiências objetivam garantir a participação popular no processo de elaboração do PMSB.

As Audiências Públicas devem envolver a comunidade e os diversos grupos de interesse envolvidos, como representantes da Prefeitura, prestadores de serviços, Associações de Moradores, dentre outras entidades.

As Audiências Públicas que servirão para apresentar os resultados de duas etapas do trabalho, sendo a primeira delas referente ao Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico e a segunda relativa à Divulgação dos Programas e Ações Necessárias.

Durante cada audiência, será apresentada a minuta e os resultados dos estudos técnicos que darão subsídio para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Os apontamentos serão registrados e debatidos no sentido extrair elementos que aperfeiçoem o PMSB e fortaleça o seu aspecto democrático de construção. Para coleta dos apontamentos serão disponibilizados Formulários de Contribuições, conforme ilustra a Figura 12.1, nos quais o interlocutor poderá se identificar e registrar sua contribuição. A audiência será presidida pelo município, que dará as boas-vindas aos presentes e fará a apresentação do projeto e do GT-PMSB, em tempo inferior a 50 minutos. Na sequência, a palavra será do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) e/ou do Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraúna (SCBH Rio Paraúna), através de um representante convidado) Em seguida a empresa executora apresentará os Planos desenvolvidos em tempo não superior a 50 minutos. Após as apresentações dar-se-á início ao debate com os presentes.

Figura 12.1 - Modelo de Formulário de Contribuições

| FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES | |
|-----------------------------|--|
| | |
| Contribuições: | |
| | |
| Questionamentos: | |
| | |

Fonte: HIDROBR (2018).

Todos os trâmites legais para a realização de cada audiência devem ser assegurados, o que inclui a ampla divulgação e participação ativa do GT-PMSB na aprovação final da PMSB e suas formas de monitoramento e avaliação posteriores, bem como a publicação da audiência em diário oficial e em jornal de grande circulação no município com no mínimo 15 dias antes de antecedência. Serão utilizados recursos de Datashow para a apresentação da Minuta do PMSB.

Além disso, a HIDROBR articulará com o município a melhor forma de assegurar que haja transporte gratuito disponível para que os munícipes de regiões mais distantes possam comparecer às audiências e ainda será responsável pelo fornecimento de lanche para garantir o maior conforto e envolvimento dos participantes.

As Audiências serão registradas por meio de atas, listas de presença e registros fotográficos. Os locais e horários serão definidos posteriormente, conforme indicação/demanda dos integrantes do GT-PMSB.

- **Conferência Municipal de Saneamento Básico**

Essa atividade tem por finalidade a apresentação e entrega do produto final do Plano Municipal de Saneamento Básico. Será direcionada a toda a população do município para ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico e deverá estimular o diálogo considerando a tradução do saber técnico e saber popular. Será um momento para celebrar a conquista do PMSB e seu significado para as comunidades, visando incentivar a continuidade da participação cidadã na implantação do PMSB e o fortalecimento da corresponsabilidade para a eficiência dos sistemas de saneamento.

A Conferência Municipal de Saneamento Básico deverá ser realizada tendo como orientação a seguinte programação:

- 1) Apresentação cultural de artistas locais;
- 2) Fala do CBH Rio das Velhas e SCBH Rio Paraúna;
- 3) Apresentação da equipe da executora e dos realizadores;

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO



Subcomitê da
Bacia hidrográfica
do Rio Paraúna



70

- 4) Fala dos representantes da comunidade para reforçar a importância do papel da sociedade na construção do PMSB;
- 5) Apresentação dos resultados obtidos;
- 6) Entrega formal da versão final do PMSB.

O evento será registrado por meio de ata e/ou relatório, listas de presença e registros fotográficos.

A HIDROBR será responsável pelo fornecimento de lanche para garantir o maior conforto e envolvimento dos participantes.

12.3.4 Mecanismos de divulgação, repasse de informações e promoção do diálogo

A criação de mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação da compreensão das informações referentes ao PMSB objetiva estabelecer meios para que sociedade possa contribuir nos trabalhos de elaboração do PMSB. Nesse sentido, serão produzidos uma série de materiais gráficos com o objetivo de informar e convocar a comunidade para participar ativamente da elaboração do PMSB.

Além das peças impressas, serão utilizadas redes sociais, mídias locais e um serviço de ouvidoria, especialmente criado para acolher as dúvidas e sugestões da população envolvida.

A seguir apresenta-se os principais mecanismos divulgação, repasse de informações e promoção do diálogo que serão adotados durante a elaboração do PMSB no município de Gouveia.

12.3.4.1 Instrumentos e Estratégias de Divulgação

Para garantir a ampla divulgação de todas as etapas da elaboração do PMSB, serão promovidas 4 (quatro) campanhas distintas:

- a) Divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

- b) Divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico;
- c) Divulgação dos Programas e Ações Necessárias;
- d) Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Todo o material de divulgação e informação seguirá as orientações do Manual de Aplicação de Marca do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas) e será previamente submetido à aprovação da Agência Peixe Vivo, antes da sua produção e distribuição.

O público alvo compreenderá todos munícipes, em especial os agentes que se relacionam de forma mais concreta e imediata com a área de saneamento básico. Assim, abrangem as organizações sociais, econômicas, profissionais, políticas, culturais, lideranças comunitárias, movimentos sociais, conselhos municipais, entre outros atores sociais.

A produção e edição de materiais impressos foi escolhida como uma das estratégias de divulgação, por seu registro mais duradouro, facilidade de distribuição e armazenamento. Será priorizada a produção de materiais com textos sintéticos, objetivos e complementados por imagens que ajudem na compreensão do conteúdo. Essa estratégia é complementada com outros instrumentos de comunicação social, apresentados todos a seguir:

- **Folder**

Como instrumento impresso de divulgação, traz de forma rápida, atraente e objetiva as principais informações sobre o Plano Municipal e Saneamento. O folder do PMSB descreverá resumidamente os seguintes conteúdos:

- a) Lei Nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- b) Obrigatoriedade de elaboração de Planos Municipais de Saneamento;
- c) Importância do saneamento básico para a melhoria das condições de vida da população;
- d) Importância da participação da sociedade no processo de construção do Plano;

- e) Descrição sobre o CBH Rio das Velhas e fonte do recurso para elaboração do respectivo PMSB;
- f) Objetivos, canais e formas de participação.

O folder deverá ter um caráter mais atemporal, isto é, que não traga informações que sejam superadas rapidamente durante o processo de elaboração do PMSB. Serão utilizados principalmente durante a campanha de Divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico. O material será distribuído, preferencialmente, nas reuniões e em pontos estratégicos e de grande circulação de pessoas.

A tiragem foi estimada a partir do quantitativo do público alvo, ou seja, a população total do município. Procurou-se atingir, no mínimo 10% da população total, o quantitativo para Gouveia é de 1.000 (mil) unidades. O material será produzido em papel couchê fosco 150 g, tamanho 29,7x21 cm, 4x4 cores. A Figuras 12.2 e 12.3 apresentam o modelo do folder.

Figura 12.2 - Modelo do folder (frente)

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH das Velhas e Subcomitês

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas foi instituído em 1998 através do Decreto Estadual 39.692. Atualmente o comitê é composto por 28 membros, de forma paritária entre Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de recursos hídricos e Sociedade Civil Organizada.

O Comitê tem por finalidade: "promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programa de investimento e consolidação da política de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentado da Bacia". Ou seja, visa promover políticas públicas para melhor estruturação dos municípios que integram a Bacia do Rio das Velhas.

Em um desdobramento do Comitê, foram criados os Subcomitês, descentralizando e facilitando as ações e articulação em suas repetitivas áreas de abrangência.

Os SCBH mantêm-se como um conselho de regulação e um articulador social e exercem suas finalidades promovendo diversas ações, como: intervenções em projetos, ações jurídicas, captação de recursos, seminários, entre outras.

Estes podem ser consultados sobre conflitos referentes aos recursos hídricos e, também, podem levar ao conhecimento do CBH Rio das Velhas e dos órgãos e entidades competentes os problemas ambientais porventura constatados em sua sub-bacia.

Participe!

O PMSB do seu município está em fase de elaboração e sua contribuição é muito importante. Este plano foi contratado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), viabilizado pelos recursos da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, visando melhorias nos aspectos ambientais e sociais na bacia. Por isso, participe relatando as dificuldades enfrentadas e exigindo, posteriormente que as ações propostas durante o plano sejam implantadas.

Participe dos eventos e contribua também com sugestões por meio dos canais de participação:

Telefone: (31) 3504-2733
Whatsapp (31) 99415-5533
Email: pmsb@hidrobr.com

Facebook: www.facebook.com/Hidrobrpmsb
Acesse nossos produtos no site:
www.cbhvelhas.org.br

Faça sua parte!

EXECUÇÃO: HIDROBR

APOIO TÉCNICO: AGÊNCIA PEIXE VIVO

REALIZAÇÃO: Subcomitê da Bacia hidrográfica do Rio Paraúna CBH Rio das Velhas

ACESSE NOSSO PORTAL E REDES SOCIAIS
cbhvelhas.org.br
f /cbhriodasvelhas

Fonte: HIDROBR (2018).

Figura 12.3 - Modelo do folder (verso)

Diretrizes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH

Seguindo as orientações da Lei Federal nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Os municípios mineiros de Datas, Gouveia e Lassance localizados na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas estão elaborando o **PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO**, que apresentará um conjunto de estudos para averiguar e propor soluções para os problemas de saneamento básico. **O estudo abordará quatro temas:** água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais.

A Lei Federal nº 11.445/2007 prevê que todos os municípios devem ter um Plano Municipal de Saneamento Básico com vistas a buscar melhorias em áreas como: abastecimento de água potável, manejo de água pluvial, resíduos sólidos, coleta, tratamento de esgoto e limpeza urbana.

O CBH Rio das Velhas decidiu pelo investimento de recursos na elaboração desses planos a minimização dos impactos ambientais decorrentes da deficiência em saneamento básico, visando à melhoria tanto da quantidade, quanto da qualidade das águas da Bacia do Rio das Velhas.

O que é Saneamento Básico?

É o conjunto dos serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais. Para garantir saúde e qualidade de vida é necessário que a infraestrutura de saneamento básico acompanhe continuamente as necessidades da população.

O que é o Plano de Saneamento Básico (PMSB)?

PMSB é um documento de planejamento para futura elaboração de projetos e execução de serviços e obras relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem das águas de chuva. É um instrumento que define critérios, parâmetros, metas e ações para atendimento dos objetivos propostos na área do saneamento básico.

Você Sabia?

- 1 – O esgoto sanitário sem tratamento e disposição adequada contamina corpos d'água (rios, riachos, lagos, entre outros).
- 2 – Depósitos de resíduos sólidos em locais e condições inadequadas podem contaminar as áreas de mananciais, prejudicar a captação e demais usos da água, favorecer a ocorrência de enchentes por obstruir as redes de drenagem, além de promover a proliferação de vetores.
- 3 – As inundações, por sua vez, podem interromper o funcionamento do sistema de abastecimento de água, acarretar a disseminação de doenças e deslocar famílias.

Melhorias propostas pelo Plano de Saneamento Básico (PMSB):

- ACESSO DE ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE ADEQUADA.** (Ícone: Água)
- O ESGOTO TRATADO MINIMIZANDO A CONTAMINAÇÃO DOS CURSOS DE ÁGUA.** (Ícone: Esgoto)
- ÁGUA DRENADA PARA EVITAR INUNDAÇÕES.** (Ícone: Drenagem)
- O LIXO REDUZIDO E DISPOSTO ADEQUADAMENTE.** (Ícone: Resíduos)

Fonte: HIDROBR (2018).

- **Cartaz**

Este instrumento impresso será afixado de forma que seja visível em locais públicos, tendo como função principal divulgar uma informação visualmente. Os cartazes do PMSB, diferentemente dos folders, serão temporais, trazendo informações acerca dos eventos: Audiências Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Serão afixados nas organizações comunitárias, instituições parcerias na divulgação, órgãos da administração pública, postos de saúde, escolas, comércios, entre outros. Serão distribuídas 100 (cem) unidades no município de Gouveia. O material será produzido em papel couchê 150g - Tamanho A3. A Figura 12.4 apresenta o modelo do cartaz que será utilizado.

Figura 12.4 - Modelo de cartaz

CBH Rio das Velhas
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

PMSB

Plano Municipal de Saneamento Básico

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas juntamente com o Subcomitê da Bacia hidrográfica do Rio XXXXXXXX e a Prefeitura Municipal de XXXXX, convidam a todos para:

1ª CONFERÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXX

| DATA | HORÁRIO | ENDEREÇO |
|------------|---------|--|
| 15.02.2019 | 08:00 | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX |

Participe!
Ajude a construir uma cidade melhor!

ACESSE NOSSO PORTAL E REDES SOCIAIS
cbhvelhas.org.br
f /cbhriodasvelhas

EXECUÇÃO
HIDROBR

APOIO TÉCNICO
AGÊNCIA **peixe VIVO**

REALIZAÇÃO
Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guaxupé
Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraúna
CBH Rio das Velhas

Fonte: HIDROBR (2018).

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO



Subcomitê da Bacia hidrográfica do Rio Paraúna



- **Banner**

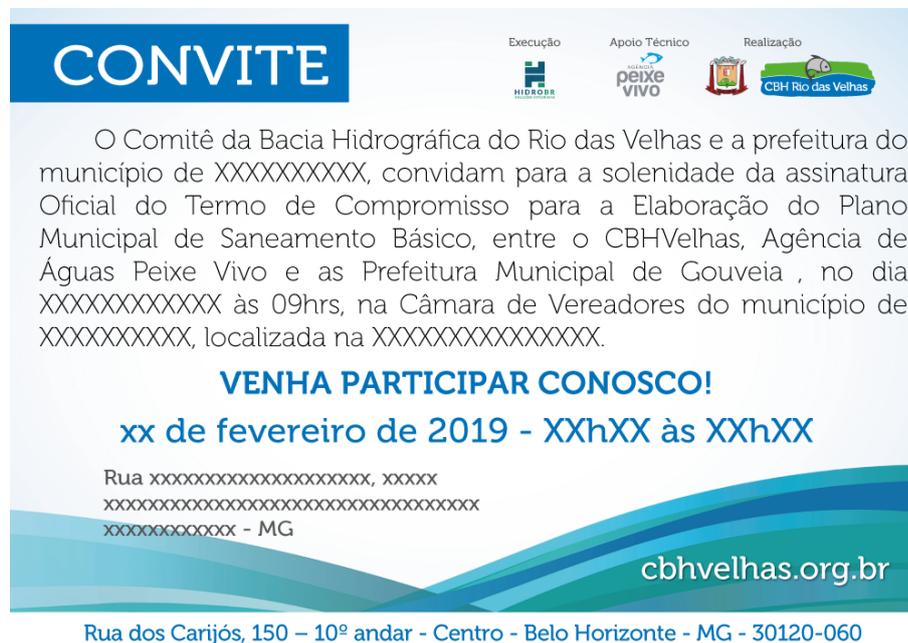
Instrumento de comunicação impressa, tendo como objetivo a divulgação em espaços fechados, os banners do PMSB serão utilizados nos eventos para apresentar visualmente as etapas do processo e sínteses dos estudos produzidos. O banner terá informações sobre o CBH Rio das Velhas e a fonte de recursos para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Estima-se a produção de 1 (um) banner em lona 340g, no tamanho 60x90 cm e 1 (um) no tamanho 90x180 cm.

- **Convites**

Os convites produzidos serão distribuídos virtualmente através dos e-mails e redes sociais. A Figura 12.5 apresenta o modelo de convite que será utilizado.

Figura 12.5 - Modelo de convite



Fonte: HIDROBR (2018).

O modelo de texto é apresentado abaixo:

“O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e o Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraúna, por meio do Prefeitura Municipal de Gouveia, convidam para a Audiência Pública de apresentação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Data: 20 de fevereiro de 2019

Horário: 8h

Local: Câmara Municipal - Praça Padre José Machado 639 - A, Gouveia/MG.”

- **Carro de Som**

O carro de som fará a divulgação em todo o território da sede do município e no distrito com maior concentração de pessoas. A divulgação ocorrerá prioritariamente na véspera e/ou antevéspera dos eventos. O modelo de texto é apresentado a seguir:

“O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e o Subcomitê Rio Paraúna, por meio da Prefeitura Municipal de Gouveia, convidam a população a participar da Audiência Pública, a ser realizada no dia 09 de fevereiro, das 19 às 22 horas, na Câmara Municipal – Praça Padre José Machado 639 - A, Gouveia. A Audiência tem como objetivo a divulgação do diagnóstico da situação do saneamento no município e o fortalecimento da participação social. Participe deste evento!”

A Tabela 12.1 apresenta a dinâmica da divulgação para cada evento (Audiências Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico).

Tabela 12.1 - Dinâmica de divulgação carro de som

| Município | Horas de divulgação na sede | Horas de divulgação no distrito |
|-----------|-----------------------------|---------------------------------|
| Gouveia | 12 horas | 4 horas |

Fonte: HIDROBR (2018).

- **Faixas**

Para divulgação das audiências públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico, serão afixadas nas ruas na sede do município e no distrito com maior população, em pontos com fluxo alto de pessoas, várias faixas de tecido no formato 4x0,80 cm, com dinâmica de distribuição conforme Tabela 12.2. As faixas deverão ser

afixadas com antecedência mínima de 7 dias. O modelo de texto para faixa é apresentado a seguir:

“Venha participar da 1ª CONFERÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO do Município de Gouveia, dia 2 de agosto, às 19 horas, na Câmara Municipal.”

Tabela 12.2 - Dinâmica de distribuição de faixas

| Município | Quantidade de faixas na sede | Quantidade de faixas no distrito |
|-----------|------------------------------|----------------------------------|
| Gouveia | 8 unidades | 2 unidades |

Fonte: HIDROBR (2018).

- **Redes Sociais**

A Agenda dos eventos que integram a Elaboração do PMSB, incluindo as Audiências Públicas, Reuniões com o GT - PMSB, Conferência Municipal de Saneamento Básico e outras atividades que possam ser consideradas relevantes, serão divulgadas através das redes sociais mantidas pela Prefeitura Municipal de Gouveia, propondo a Fanpage do Facebook: “Prefeitura Municipal de Gouveia”, disponível no link: <https://www.facebook.com/prefeituradegouveia/> e o aplicativo WhatsApp. A divulgação também será realizada através do site e redes sociais do CBH Rio das Velhas.

Além da divulgação das agendas dos eventos, serão veiculadas, periodicamente, diversas notícias sobre a elaboração do PMSB, juntamente com a divulgação de todos os canais e formas de participação no processo de elaboração do PMSB.

- **Relacionamento com a Imprensa Local**

Os veículos de comunicação têm um papel fundamental na construção da opinião pública, uma vez as mudanças sociais só acontecem quando são entendidas e consideradas desejáveis por muitas pessoas. Dessa forma, é essencial estabelecer um canal de diálogo junto aos jornalistas aberto à discussão e à abordagem dos temas relacionados ao saneamento básico. Para tanto, será necessário identificar os veículos com os quais se pretende trabalhar durante a elaboração do PMSB, tais como jornais e rádios locais. Posteriormente, será elaborado um *mailing*, lista de contatos

sobre veículos de comunicação, contendo nomes, telefones, fax, e-mails, cargos e editorias dos jornalistas. Também é desejável reunir informações sobre quais dias e horários acontece a reunião de pauta, momento quando são fechados os assuntos que serão tratados, e quem é o responsável por receber as sugestões de pauta. Está prevista a elaboração de comunicados de imprensa (releases), para informações sobre o andamento do PMSB, bem como comunicar a agenda dos eventos. Além dos releases, serão solicitados pedidos de pauta para agendamento de entrevistas e cobertura dos principais eventos, como as Audiências Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico.

12.3.4.2 Divulgação do Plano Municipal de Saneamento Básico

Para a divulgação do PMSB serão utilizados folders, cartazes, divulgação através dos sites e redes sociais da Prefeitura Municipal. Pretende-se contar com o apoio de diversos agentes locais para a multiplicação das informações.

O Quadro 12.1 apresenta a Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a divulgação do Lançamento do PMSB.

Quadro 12.1 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Campanha de Divulgação para o Lançamento do PMSB no Município de Gouveia

| Data de Início da Divulgação: 01/02/2019 | | |
|---|-----------------------|----------------|
| Data de Término da Divulgação: -- | | |
| Recurso a serem utilizados | Quantitativo sugerido | Custo estimado |
| 1- Folder | 1000 unidades | R\$ 790,00 |
| 2- Cartaz | 100 unidades | R\$ 250,00 |
| Thais Oliveira Vicente Alves Profissional Responsável pelos trabalhos de Mobilização Social | | |

Fonte: HIDROBR (2018).

12.3.4.3 Divulgação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico

A divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico ocorrerá através de uma Audiência Pública. Para divulgação da Audiência, serão utilizados, cartazes, convites virtuais, faixas e carro de som.

O Quadro 12.2 apresenta a Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a divulgação do Diagnóstico dos Serviços de Saneamento Básico.

Quadro 12.2 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Campanha de Divulgação do Diagnóstico Atual dos Serviços de Saneamento Básico no Município de Gouveia

| | | |
|---|-----------------------|----------------|
| Data de Início da Divulgação: | 01/02/2019 | |
| Data de Término da Divulgação: | -- | |
| Data da Audiência Pública: | 21/02/2019 | |
| Capacidade de lugares recomendada: | 100 lugares | |
| Local da Audiência Pública: | A definir | |
| Recurso a serem utilizados | Quantitativo sugerido | Custo estimado |
| 1- Convite virtual | - | - |
| 2- Cartaz | 100 unidades | 215,00 |
| 3- Faixa | 08 unidades | 460,00 |
| 4- Carro de som | 16 horas | 660,00 |
| <p>Thais Oliveira Vicente Alves</p> <hr/> <p>Profissional Responsável pelos trabalhos de Mobilização Social</p> | | |

Fonte: HIDROBR (2018).

12.3.4.4 Divulgação dos Programas e Ações Necessárias

A divulgação dos Programas e Ações Necessárias ocorrerá através de uma Audiência Pública. Para a divulgação da Audiência, serão utilizados, cartazes, convites virtuais, faixas e carro de som.

O Quadro 12.3 apresenta a ficha de justificativa de escolhas técnicas para a divulgação dos Programas e Ações Necessárias.

Quadro 12.3 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Divulgação dos Programas e Ações Necessárias no Município de Gouveia

| | | |
|---|-----------------------|----------------|
| Data de Início da Divulgação: | 19/05/2019 | |
| Data de Término da Divulgação: | -- | |
| Data da Audiência Pública: | 29/05/2019 | |
| Capacidade de lugares recomendada: | 100 lugares | |
| Local da Audiência Pública: | A definir | |
| Recurso a serem utilizados | Quantitativo sugerido | Custo estimado |
| 1- Convite Virtual | - | - |
| 2- Cartaz | 100 unidades | 215,00 |
| 3- Faixa | 08 unidades | 460,00 |
| 4- Carro de som | 16 horas | 660,00 |
| Thais Oliveira Vicente Alves Professional Responsável pelos trabalhos de Mobilização Social | | |

Fonte: HIDROBR (2018).

12.3.4.5 Divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Para a divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico, serão utilizados, cartazes, convites virtuais, faixas e carro de som.

O Quadro 12.34 apresenta a ficha de justificativa de escolhas técnicas para a divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

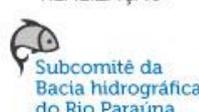
EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO



Quadro 12.4 - Ficha de Justificativa de Escolhas Técnicas para a Divulgação da Conferência Municipal de Saneamento Básico

| | | |
|--|-----------------------|----------------|
| Data de Início da Divulgação: | 01/09/2019 | |
| Data de Término da Divulgação: | -- | |
| Data da Conferência Municipal de Saneamento Básico: | 11/09/2019 | |
| Capacidade de lugares recomendada: | 100 lugares | |
| Local da Audiência Pública: | A definir | |
| Recurso a serem utilizados | Quantitativo sugerido | Custo estimado |
| 1- Convite Virtual | - | - |
| 2- Cartaz | 100 unidades | 215,00 |
| 3- Faixa | 08 unidades | 460,00 |
| 4- Carro de som | 16 horas | 660,00 |
| <p>Thais Oliveira Vicente Alves Profissional Responsável pelos trabalhos de Mobilização Social</p> | | |

Fonte: HIDROBR (2018).

12.3.4.6 Serviço de ouvidoria do PMSB

Na ouvidoria, o cidadão poderá expressar suas opiniões e realizar questionamentos quanto ao PMSB. A ouvidoria funcionará a partir do segundo mês desde o início da contratação. Haverá um número de telefone e um e-mail para que a população do município possa estabelecer contato. As ligações serão atendidas, nos dias úteis, das 8:00 às 17:00.

Os contatos da Ouvidoria são os seguintes:

- Telefone: (31) 3504-2733
- e-mail: pmsb@hidrobr.com

13. REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

A reunião para apresentação do Plano de Trabalho ao Grupo Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Gouveia ocorreu no dia 17 de dezembro de 2018, no período de 14:00 às 16:00, na ONG Caminhos da Serra, localizada na rua José Augusto Gomes, 149 - Gouveia/MG.

Estiveram presentes 13 (treze) pessoas, dentre representantes da empresa HIDROBR, membros do GT-PMSB e outros convidados, conforme lista de presença apresentada no Anexo D.

A reunião foi conduzida por Vitor Queiroz, representando a HIDROBR, que iniciou com breve contextualização da Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445 de 2007). Na sequência, explicou a metodologia que será adota para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como a fonte de recursos para a elaboração do mesmo. Posteriormente, apresentou o Plano de Trabalho, detalhando cada produto que será entregue. Para finalizar, conduziu uma discussão entre os participantes com o objetivo de compreender as expectativas sobre a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e a percepção acerca dos principais problemas relacionados ao saneamento.

Élio Domingos, Mobilizador do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, esteve presente e explicou a dinâmica do CBH Rio das Velhas e dos Subcomitês e a origem dos recursos para a elaboração do PMSB.

A Figura 13.1 apresenta alguns momentos da Reunião. A ata é encontrada no Anexo F.

Figura 13.1 - Reunião com Grupo Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Gouveia



Fonte: HIDROBR (2018).

14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Cidades. **Panorama dos Planos Municipais de saneamento Básico no Brasil**, 2017. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/panorama_planos_municipais_de_saneamento_basico.pdf>. Acesso 20 nov. 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://saneamentobasico.rds.land/plansab>>. Acesso 20 nov. 2018.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas). **Assinado Contrato que Garantirá Planos de Saneamento a Três Novos Municípios da Bacia**. Disponível em: <<http://cbhvelhas.org.br/noticias/assinado-contrato-que-garantira-planos-de-saneamento-a-tres-novos-municipios-da-bacia/>>. Acesso 07 dez. 2018.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas). **Resumo Executivo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio das Velhas 2015**. Disponível em: <http://200.98.167.210/site/arquivos/RE_VELHAS_Rev01.pdf>. Acesso 20 nov. 2018.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas). SIGA Rio das Velhas. **VELHASMap**. Disponível em: <<http://siga.cbhvelhas.org.br/portal/sigaweb.zul>>. Acesso 20 dez. 2018.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). **Banco de Solos de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.feam.br/noticias/1/949-mapas-de-solo-do-estado-de-minas-gerais>>. Acesso 20 nov. 2018.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). **Destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS**. Disponível em:

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO



Subcomitê da
Bacia hidrográfica
do Rio Paraúna



<http://www.feam.br/images/stories/2018/RESIDUOS/020302003_2017_Destinacao_RSS_2014_A4.pdf>. Acesso 20 nov. 2018.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). **Situação de Tratamento e/ou Disposição Final dos Resíduos Sólidos Urbanos Minas Gerais 2016**. Disponível em:

<http://www.feam.br/images/stories/2017/RESIDUOS/Minas_Sem_Lixoes/Mapa_RS_U_2016_FINAL.pdf>. Acesso 20 nov. 2018.

Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). **Plano de Regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a Bacia do São Francisco, 2010**. Disponível em

<<http://www.feam.br/images/stories/arquivos/minassemblixoes/regionalizacao/relatorio%20bsf%20final.pdf>>. Acesso 20 nov. de 2018.

Governo Federal. Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (DESA). **Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)**. Disponível em: <<http://pnsr.desa.ufmg.br/>>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). **Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – 2016**. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2016>>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2016**. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2016>>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS). **Diagnóstico do Serviço de Águas Pluviais - 2015**. Disponível

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO



87

em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-anual-aguas-pluviais/148-diagnostico-do-servico-de-aguas-pluviais-2015>>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal**. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso 20 nov. 2018.

Governo Federal. Ministério do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO Nº 357 DE 17 DE MARÇO DE 2005**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35705.pdf>>. Acesso 20 nov. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Brasil em Síntese**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/gouveia/panorama>> Acesso 20 nov. 2018.

Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). **Normal Climatológica do Brasil 1981-2010**. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/normaisclimatologicas>>. Acesso 20 nov. 2018.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso 20 nov. 2018.

PEREIRA, Tatiana Santana Timóteo. **Conteúdo e metodologia dos planos municipais de saneamento básico: um olhar para 18 casos no Brasil**. Brasília, 2012.

Presidência da República. **LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm>. Acesso 20 nov. 2018.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP). **Atlas do**

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO



Subcomitê da
Bacia hidrográfica
do Rio Paraíba



Desenvolvimento Humano no Brasil. 2010. Disponível em:
<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/gouveia_mg>. Acesso 20 nov. 2018.

EXECUÇÃO



APOIO TÉCNICO



REALIZAÇÃO



ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO



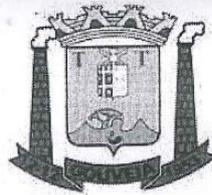
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Termo de Compromisso que entre si celebram o Município de Gouveia, a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

O **Município de Gouveia**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ nº 17.754.144-0001-36, com sede na Alameda Souza Lima, 1.270, bairro Capelinha, CEP: 39.120.000, neste ato representado pelo prefeito, Senhor Antônio Vicente de Souza, brasileiro, casado, comerciante, residente à Rua Joviano de Aguiar, bairro Centro, CEP 39.120.000, CPF nº 032.812.776-08, portador da Carteira de Identidade nº M 8.847.879, expedido pela SSP-MG, conforme ato de posse ora anexo, a **Associação Executiva de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo**, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, entidade delegatária de funções de agência de bacia por meio do Contrato de Gestão nº 014/2010 firmado com a Agência Nacional de Águas - ANA, situada a rua dos Carijós nº 166, 5º andar, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.120-060, CNPJ/MF nº 09.226.288/001-91, representada legalmente pela Senhora **Célia Maria Brandão Fróes**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do CPF nº 463.217.646-04, documento de identidade nº M-1.414.806, expedido pela SSP-MG, residente na rua Guaratinga nº 77, Belo Horizonte-MG, e o **Comitê da Bacia Hidrográfica do rio das Velhas**, doravante denominado **CBH Rio das Velhas**, representado pelo seu Presidente **Marcus Vinícius Polignano**, portador do CPF nº 456.609.136-87, documento de identidade nº M705677, expedido pela SSP-MG, residente na rua Dom Joaquim Silvério, nº 984, Belo Horizonte-MG, resolvem celebrar o presente **Termo de Compromisso** para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), considerando:

- i- A cobrança pelo uso da água gera recursos para investimentos na própria bacia hidrográfica;
- ii- O Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio das Velhas e o Plano Plurianual de Aplicação (PPA) da bacia do rio das Velhas ordenaram investimentos para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico na bacia;

Sujeitando-se, no que couber, às disposições legais e aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir, a Agência Peixe Vivo, a Prefeitura Municipal de Gouveia e o CBH Rio das Velhas firmam o seguinte:



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Compromisso tem por objeto firmar a cooperação entre a Agência Peixe Vivo, o Município de Gouveia e o CBH Rio das Velhas com vistas à elaboração do seu Plano Municipal de Saneamento Básico, com recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio das Velhas, a ser licitado, supervisionado e acompanhado pela Agência Peixe Vivo, e apoiado e validado pelo município.

Para a efetivação da contratação do PMSB pela Agência Peixe Vivo, o Município de Gouveia afirma não possuir PMSB elaborado nos moldes da Lei Federal nº 11.445/2007 e não dispor de recursos de outras fontes para a sua elaboração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I. Compete a Agência Peixe Vivo:

- a) Elaborar o Ato Convocatório e o Termo de Referência para contratação do PMSB;
- b) Acompanhar e supervisionar a entrega dos produtos especificados, dispondo equipe técnica qualificada, em conformidade com as exigências legais, para desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Efetuar os pagamentos à contratada, mediante validação dos produtos entregues;
- d) Garantir a operacionalização dos trabalhos até a conclusão da versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

II. Compete ao Município:

- a) Assinar o presente Termo de Compromisso, assumindo as responsabilidades cabíveis, previamente à contratação do PMSB;
- b) Fornecer suporte técnico e disponibilizar informações e documentação necessárias à adequada execução dos trabalhos;
- c) Indicar técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviços da área de saneamento e de áreas afins ao tema para, em conjunto com a equipe da Agência Peixe Vivo e da empresa contratada, compor o **Grupo de Trabalho (GT)**, instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB;
- d) Indicar, por meio de Decreto Municipal, um **Grupo de Trabalho** para o Plano Municipal de Saneamento Básico, instância consultiva e deliberativa responsável pela condução da elaboração do PMSB. Este GT deve ser constituído por representantes das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento, bem como por representantes de organizações da sociedade civil (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais, ONGs), além de representantes dos conselhos municipais, da Câmara de Vereadores,



do Ministério Público e outros;

- e) Disponibilizar espaço físico e apoiar a realização das reuniões e consultas públicas previstas;
- f) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
- g) Ao final dos trabalhos, viabilizar a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico na Câmara Municipal de Vereadores;
- h) Zelar pela divulgação do trabalho e execução dos Programas, Projetos e Ações propostos, após a finalização do PMSB.

III. Compete ao CBH Rio das Velhas:

- a) Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano.
- b) Participar das reuniões de planejamento com as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo da vigência do presente Termo de Compromisso será correspondente à vida útil do objeto do contrato, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser alterado desde que haja concordância entre as partes, o que será feito mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO

Ficam assegurados aos partícipes os direitos de acompanhar toda a execução dos trabalhos desenvolvidos, assim como questionar quaisquer eventualidades que desvirtuem o caráter intrínseco do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Todos os gastos com a execução do objeto avençado ficam a cargo da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas - Peixe Vivo, estando o Município desonerado com as despesas, exceto aquelas despesas inerentes ao cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso, em especial aquelas contidas na cláusula segunda, inciso II.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, através de termos aditivos objetivando o seu aprimoramento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por denúncia de qualquer dos partícipes, comunicada ao outro, por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta)



dias, bem como pela inadimplência de suas cláusulas e condições, independentemente de interpelação.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Gouveia providenciará até o quinto dia útil subsequente à assinatura do presente Termo de Compromisso, a publicação, em forma de extrato, no Diário Oficial competente, em obediência ao parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas durante a vigência deste Termo de Compromisso, fica eleito o Foro da comarca de Belo Horizonte-MG.

E por estarem justos e compromissados com as cláusulas e condições aqui pactuadas, assinam as partes do presente Termo de Compromisso em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo identificadas, para que produzam os necessários efeitos legais.

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2018.

Antônio Vicente de Souza
Prefeito Municipal de Gouveia

Celia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral da Agência Peixe Vivo

Marcus Vinícius Polignano
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Testemunhas:

Nome: Jacqueline Brandão Fontes

CPF: 093.036.206-89

RG: MG. 138.754

Nome: ALBERTO SIMÃO SCHVAARTZMAN

CPF: 228.935.206-34

RG: MG 358.204

ANEXO B – ATA REUNIÃO INICIAL COM PREFEITURA

Ata de Reunião

Data: 20 de novembro de 2018

Participantes

| Nome | Órgão | Assinatura |
|------------------|-----------------------|------------|
| Kelli A. Almeida | Prefeitura de Gouveia | |
| Josiane C. Silva | Prefeitura de Gouveia | |
| Adriano Gomes | EMATER | |
| Izabel Nogueira | CBH Velhas | |
| Thaís | HIDROBR | |
| Vitor Queiroz | HIDROBR | |
| Bruno Carrara | HIDROBR | |

Assuntos discutidos

- Foi feita uma introdução pelo coordenador Vitor Queiroz (HIDROBR), onde foi abordada a origem do recurso que está financiando o projeto (CBH Velhas), a contratação pela Agência Peixe Vivo e os diversos atores presentes no processo; foi ressaltado que o plano é do Município e que a participação é fundamental durante toda a elaboração; foi explicada a metodologia e as atividades a serem realizadas;
- A Secretária Kelli agradeceu a presença, disse que o Prefeito a havia designado para representa-lo na reunião. Ela explicou a organização dos serviços de saneamento no município e ressaltou algumas questões mais relevantes para a Prefeitura;
- Em seguida foi apresentada a necessidade de criação de um Grupo de Trabalho pela Prefeitura com participação não só da Prefeitura, mas de representantes: da Câmara de Vereadores, prestadores de serviço, sociedade civil, conselho de Saúde e outros que forem relevantes.
- A HIDROBR apontou a urgência na criação do Grupo em função da necessidade de apresentação do Plano de Trabalho ainda em dezembro e questionou se a Prefeitura estaria de acordo;
- A Prefeitura respondeu positivamente e que irá providenciar o Decreto o mais breve possível e que a princípio não teria problema em fazer a reunião em dezembro;
- A Prefeitura designou a servidora Josiane C. Silva para ser a referência de contato para a elaboração do Plano;
- Em seguida foram discutidos diversos assuntos sobre o saneamento, eixo a eixo, para áreas urbanas e rurais;
- Na parte da tarde a equipe da HIDROBR em conjunto com a Josiane e a Izabel visitaram: uma ETE de responsabilidade do município; o local de disposição final de resíduos de Gouveia; o escritório da Copasa onde foi feita uma entrevista com o responsável por Gouveia e Datas (Sr. Amauri); a ETA da Copasa.

ANEXO C – DECRETO EXECUTIVO Nº 056, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018



É tempo de trabalhar e cuidar!
Administração 2017/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225 - E-mail: prefeitura@gouveia.mg.gov.br / gabinete@gouveia.mg.gov.br
CNPJ: 17.754.144.0001-36

DECRETO EXECUTIVO Nº. 054/2018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.

“ NOMEIA OS MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO QUE FICARÁ RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS ETAPAS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Gouveia/MG, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art.96; Art.97, Inciso III e Art. 109, Inciso I; Letra F; todos da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Grupo de Trabalho que irá acompanhar todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I. **Josiane Costódio da Silva, CPF:082.710.096-56** – Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

II. **Paula Aparecida Trindade, CPF: 079.564.976-83** – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura.

III. **Emerson Carlos Guaita CPF: 801.648.706-87** – Representante da Secretaria Municipal de Saúde.

IV. **José Aparecido Ribeiro CPF: 036.423.786-41** – Representante da Prestadora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - COPASA;

V. **Adriano De Carvalho Gomes, CPF:012.722.486-66** – Representante da EMATER

VI. **Agnaldo José Veloso, CPF:706.886.946-87** – Representante da Secretaria Municipal de Obras, limpeza urbana e vias públicas;

VII. **Geraldo Moacir Miranda, CPF: 275.893.076-53** – Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS;



É tempo de trabalhar e cuidar!
Administração 2017/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Fone: (38) 3543-1225 - E-mail: prefeitura@gouveia.mg.gov.br / gabinete@gouveia.mg.gov.br
CNPJ: 17.754.144.0001-36

VIII. **Alex Mendes Santos, CPF: 403.727.746-87** – Representante ONG Caminhos da Serra;

IX. **Adauto Aparecido de Almeida, CPF:003.913.186-67** – Representante da Associação dos Amigos Solidários;

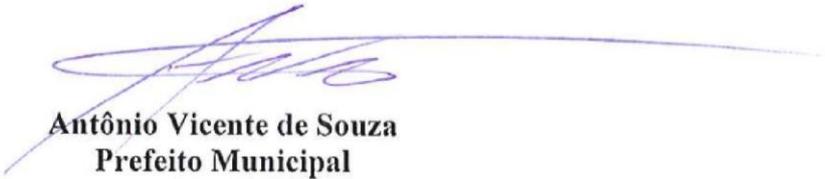
X. **Jacy Rodrigues Filho, RG: MG- 10.719.541** – Vereador Presidente.

Art. 3º - Os membros do Grupo de Trabalho serão responsáveis por:

- I. Fornecer suporte técnico e disponibilizar todas as informações, documentos e mapas necessários à adequada execução dos trabalhos;
- II. Acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- III. Apoiar a realização dos eventos públicos previstos;
- IV. Apoiar as ações de divulgação de todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gouveia, 10 de Dezembro de 2018.


Antônio Vicente de Souza
Prefeito Municipal

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o (a) presente Decreto 054/2018
foi publicado nesta data, por anexação no local de
costume na sede da Prefeitura Municipal nos termos do
Art. 106 da Lei Orgânica do Município e da Lei
1000/2005.

Gouveia/ MG, 10 / 12 / 2018.

ANEXO D – CHECKLISTS

Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

Dados Gerais do Município

| | | | |
|--|---------|--------|--------|
| Data: | | | |
| Município | | | |
| Prefeito: | | | |
| População/Domicílios: | Urbana: | Rural: | Total: |
| Distritos: () Não () Sim Quantos: Quais (distância da sede): | | | |
| Localidades: () Não () Sim Quantos: Quais (distância da sede): | | | |
| Área do município: | Urbana: | Rural: | Total: |
| Área protegida por lei (mananciais/patrimônios/outros) () Não () Sim | | | |
| Principais atividades econômicas: | | | |
| Municípios limítrofes | | | |
| Principais acessos ao Município: | | | |

Meio Ambiente, Urbanismo e Mobilidade Urbana

| | | | |
|---|---------|---------|--------------|
| Política de municipal na forma de lei para os componentes do saneamento | () Não | () Sim | Especificar: |
| Conselho municipal de meio ambiente | () Não | () Sim | Especificar: |
| Legislação Urbanística | () Não | () Sim | Especificar: |
| Legislação ambiental específica | () Não | () Sim | Especificar: |
| Fundo municipal de meio ambiente | () Não | () Sim | Especificar: |
| Programa ativo em preservação do meio ambiente | () Não | () Sim | Especificar: |
| Plano Diretor | () Não | () Sim | Especificar: |
| Áreas de expansão | () Não | () Sim | Especificar: |
| Exigências para aprovação de loteamento (meio fio, água, esgoto, energia) | () Não | () Sim | Especificar: |
| Plano Diretor específico para os componentes de saneamento | () Não | () Sim | Especificar: |
| APP's | () Não | () Sim | Especificar: |
| Áreas de fragilidade sujeitas a inundações ou deslizamento | () Não | () Sim | Especificar: |
| Área de interesse social | () Não | () Sim | Especificar: |
| Há cobrança pelos serviços de saneamento | () Não | () Sim | Especificar: |
| Defesa Civil instaurada e atuante | () Não | () Sim | Especificar: |
| Há plano de contingências em eventuais desastres | () Não | () Sim | Especificar: |

Socioeconômico

| | | | |
|---|---------|---------|--------------|
| Possui Conselho Municipal de Educação e Saúde | () Não | () Sim | Especificar: |
| Programas ativos de educação ambiental | () Não | () Sim | Especificar: |
| Programas ativos de cultura | () Não | () Sim | Especificar: |
| | | | |

| | | | |
|---|----------------------|--------------------|--|
| Cooperativas, associações comunitárias e outros | () Não | () Sim | Especificar: |
| Indústrias ou grandes consumidores | () Não | () Sim | Especificar: |
| Acompanhamento da vigilância Sanitária na qualidade da água | () Não | () Sim | Especificar: |
| Consumo de energia | 2016 2017 2018 | Comunidades Rurais | Sede Sistemas de abastecimento Indústria |
| Informações Geográficas (com curvas de nível de m/m) | | | |
| Malha Urbana | () Não | () Sim | Especificar: |
| Hidrografia | () Não | () Sim | Especificar: |
| Relevo | () Não | () Sim | Especificar: |
| APP's | () Não | () Sim | Especificar: |
| Loteamentos | () Não | () Sim | Especificar: |
| Uso e ocupação do solo | () Não | () Sim | Especificar: |
| Geologia | () Não | () Sim | Especificar: |
| Hidrogeologia | () Não | () Sim | Especificar: |
| Geomorfologia | () Não | () Sim | Especificar: |
| Vegetação | () Não | () Sim | Especificar: |
| Unidades de conservação | () Não | () Sim | Especificar: |
| Levantamento cadastral da rede abastecimento de água | () Não | () Sim | Especificar: |
| Levantamento cadastral da rede coletora de esgotos | () Não | () Sim | Especificar: |
| Levantamento cadastral da infraestrutura de drenagem | () Não | () Sim | Especificar: |
| Plano diretor | () Não | () Sim | Especificar: |
| Zoneamento | () Não | () Sim | Especificar: |
| Áreas de risco | () Não | () Sim | Especificar: |

Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

Sistema de Abastecimento de Água

Dados Gerais

Data da visita:

Sistema visitado:

Prestador de serviço:

Tipo de Contrato:

Data de vencimento:

Cobertura

População total do sistema (considerar a população da área do sistema):

População atendida por rede de distribuição do sistema (%):

Índice de cobertura:

Número de economias atendidas:

Número de economias residenciais urbanas atendidas por sistemas particulares:

Número de Economias Residencial :

Social:

Comercial/Serviços:

Público:

Industrial:

Grandes consumidores:

Número de Ligações Residencial :

Social:

Comercial/Serviços:

Público:

Industrial:

Grandes consumidores:

Economias ativas

Ligações ativas

Valores faturados (R\$/mês)

Volume captado mês (m³/mês)

Volume faturado mês (m³/mês)

Tipo de cobrança (taxa, tarifa, outro):

Existe tarifa social: () Não () Sim

Localidades atendidas:

Possui projeto de captação de recursos para investimentos na área de abastecimento de água: () Não () Sim

Há previsão de investimentos para ampliação do sistema de abastecimento de água: () Não () Sim Quais:

Quadro de funcionários:

Consumo *per capita*:

Município exporta/importa água tratada: () Não () Sim

Confiabilidade e regularidade Qualidade

Índice de hidrometração:

Frequência de abastecimento:

Frequência de análise de água: Quais:

Número médio de interrupções no abastecimento (Interrupções/Mês):

Tempo médio de interrupção do fornecimento (horas):

Tempo médio para manutenção da rede (horas):

Há pontos críticos de abastecimento? () Não () Sim Especificar:

| Infraestrutura disponível | |
|---|--|
| Rede de distribuição () | ETA () |
| Poço artesiano () | Reservatórios () |
| Elevatórias de água bruta () | Elevatórias de água tratada () |
| Aduadoras () | Caminhão-pipa – solicitar lista de bairros atendidos () |
| Captação d'água | |
| Identificação da unidade: | |
| <input type="checkbox"/> Fio d'água com barragem de nível <input type="checkbox"/> Barragem de regularização de vazão <input type="checkbox"/> Outro Especificar: | |
| <input type="checkbox"/> Fio d'água sem barragem de nível <input type="checkbox"/> Poço tubular profundo | |
| Nome do curso d'água (caso de captações superficiais): | |
| Capacidade (l/s ou m³/s): | |
| Volume total captado (m³): | |
| Número médio de horas de operação por dia (horas/dia): | |
| Captação é outorgada? | Qual vazão de outorga? (solicitar cópia) |
| Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano? | |
| <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual? | |
| O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar. | |
| Existe programa de manutenção? Descrever. | |
| Data de entrada em operação da unidade (mês/ano): | |
| Estação elevatória de água bruta | |
| Identificação da unidade: | |
| Capacidade (l/s ou m³/s): | |
| Volume total captado (m³): | |
| Número médio de horas de operação por dia (horas/dia): | |
| Número total de bombas: | Potência total (CV ou HP): |
| Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano? | |
| <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual? | |
| O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar. | |
| Existe programa de manutenção? Descrever. | |
| Data de entrada em operação da unidade (mês/ano): | |
| Estação de tratamento de água | |
| Vazão atual de tratamento: | |
| Vazão de projeto para final de plano: | |
| Horas de operação: | Perdas na ETA |
| Produtos químicos utilizados: | Quantidade: |
| Tipo de tratamento: | |
| Setor abastecido pelo sistema de tratamento: | |
| Estação elevatória de água tratada | |
| Identificação da unidade: | |
| Capacidade (l/s ou m³/s): | |
| Volume total transportado (m³): | |

| | |
|---|---|
| Número médio de horas de operação por dia (horas/dia): | |
| Número total de bombas: | Potência total (CV ou HP): |
| Em decorrência de defeitos, mau funcionamento ou outros problemas, houve redução contínua no volume captado no ano? () Não () Sim Em caso afirmativo, qual foi a redução percentual? | |
| O estado de conservação é adequado? Em caso negativo, especificar. | |
| Existe programa de manutenção? Descrever. | |
| Data de entrada em operação da unidade (mês/ano): | |
| Sistema de reservação | |
| Quantidade de reservatórios | Coordenadas Geográficas |
| Volume de reservação | |
| Tipo (EL, AP, SE) | Programa de limpeza dos reservatórios |
| Forma (circular, retangular) | |
| Material | |
| Estado de conservação | Abastece toda sua área de influência atual? |
| Rede de distribuição | |
| Cadastro da rede: () Não () Sim | Extensão da rede: |
| Tipo de traçado: () Ramificada () Mista () Malha | |
| Regime de funcionamento: () Constante () Intermitente | |
| Hidrante: () Não () Sim | |
| Número de setores de abastecimento: | Quais: |
| Existe manobra na rede: () Não () Sim | |
| Pressões na rede: Máxima: | Mínima: |
| Frequência de manutenção da rede: | Índice de perdas: |

Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

Esgotamento Sanitário

Informações iniciais

Data da visita:

Sistema visitado:

Prestador de serviço:

Dados gerais

População/domicílios atendidos pelo sistema:

Total: Urbana: Rural:

Índice de cobertura:

Número de economias atendidas:

Número de economias residenciais urbanas atendidas por sistemas particulares:

Número de Economias

Residencial :

Social:

Comercial/Serviços:

Público:

Industrial:

Grandes consumidores:

Número de Ligações

Residencial :

Social:

Comercial/Serviços:

Público:

Industrial:

Grandes consumidores:

Há cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário: () Não () Sim Especificar:

Existe cobrança social ou outro () Não () Sim

Quais investimentos foram realizados nos últimos 10 anos:

Possui projeto de captação de recursos para investimentos na área de esgotamento sanitário: () Não () Sim

Há previsão de investimentos para ampliação do sistema de esgotamento sanitário: () Não () Sim Quais:

Quadro de funcionários:

Os funcionários são exclusivos para atender as demandas de esgotamento: () Não () Sim

Áreas rurais não atendidas:

Bairros não atendidos:

Possui outorga para o lançamento: () Não () Sim

Percepção de drenagem ligado ao sistema de esgotamento sanitário () Não () Sim

Confiabilidade e regularidade

Tempo médio para manutenção da rede (horas):

Há pontos críticos de coleta ? () Não () SIM Especificar:

Previsão de investimento

| Obra | Ano | Tipo (Manutenção/Troca/Ampliação/Andamento) | Valor |
|--------------------|-----|---|-------|
| Tratamento | | | |
| Emissionário | | | |
| Estação Elevatória | | | |

| | | | |
|--|-------------------------------|------------------------------|------------|
| Coletor Tronco | | | |
| Rede | | | |
| Rede coletora e ligação predial ou ramal condominial | | | |
| Cadastro da Rede: () Sim () Não | | | |
| Tipo de rede: () Condominial () Convencional | | | |
| Extensão da rede: | | Idade: | |
| Nº ligação de Água: | | | |
| Nº ligação de esgoto: | | | |
| Nº de ligações ativas comerciais: | | | |
| Cobertura de atendimento (%) | | Bairros atendidos | |
| Material de tubulação de Rede | () PVC | () Manilha Cerâmica | () Outros |
| Diâmetros existentes: | | | |
| Tipo de junta: | () Elástica | () Não Elástica | |
| Localização da Rede: | () abaixo de lençol freático | () acima do lençol freático | |
| Tipo do solo: | () muito permeável | () pouco permeável | |
| Qual é o número de ocorrências de refluxo (extravasamento): | | | |
| Duração de refluxo nas redes coletoras: | | | |
| Locais mais frequentes: | | | |
| Qual o número de obstruções nas rede e nas ligações: | | | |
| O estado de conservação e adequado? () sim () Não | | | |
| Existe de programa de manutenção? () sim () Não | | | |
| Existe funcionários específicos para manutenção? () sim () Não Quantos | | | |
| Estação elevatória de esgoto | | | |
| Nº geral de elevatórias de esgoto bruto: | | | |
| Identificação da unidade: | | Ponto de GPS: | |
| Capacidade (l/s): | | | |
| Nº de ligações de água: | | | |
| Nº de ligações de esgoto: | | | |
| Número médio de horas/operação por dia (hora/dia): | | | |
| Mês de sazonalidade: | | | |
| Nº total de bombas: | | | |
| Potência total (CV ou HP): | | | |
| Há automação local? | () sim () Não | | |
| Por quanto tempo a elevatória ficou fora de operação, no mesmo ano, por qualquer problema próprio, exceto falta de energia elétrica (dias) ? | | | |
| O estado de conservação e adequado? () sim () Não | | | |
| Existe programa de manutenção: () sim () Não | | | |
| Coletor Tronco | | | |
| Extensão Total: | | | |
| Número de ligações de água: | | | |
| Número de ligações de esgoto: | | | |
| Material da tubulação: () concreto () manilha () outro | | | |
| Maior Diâmetro: | | | |
| Menor diâmetro: | | | |
| Número de obstruções detectadas no coletor: | | | |
| Quantos dias o coletor ficou fora de operação, no mesmo ano, por qualquer problema? | | | |

| | |
|--|----------------------------|
| O estado de conservação e adequado? () sim () Não | |
| Existe programa de manutenção? | |
| Interceptor | |
| Extensão total | Corrego/rio interceptado : |
| Número de ligações de água: | |
| Número de ligações de esgoto: | |
| Material da tubulação: () concreto () manilha () outro | |
| Maior diâmetro (mm): | |
| Menor diâmetro (mm): | |
| Número de obstruçõesno interceptor: | |
| O estado de conservação e adequado? () sim () Não | |
| Emisário ou linha de recalque | |
| Extensão Total: | |
| Número de ligações de água: | |
| Número de ligações de esgoto: | |
| Regime de escoamento: () forçado () livre | |
| Material da tubulação: () concreto () manilha () outro | |
| Maior diâmetro (mm): | |
| Menor diâmetro (mm): | |
| Qual o número de obstruções detectadas no emissário? | |
| O estado de conservação e adequado? () sim () Não | |
| Existe programa de manutenção | |
| Estação de tratamento de esgoto | |
| Existente? Sim () Não () | |
| Vazão de operação: | |
| População atendida pelo sistema de tratamento: | |
| Tipo de tratamento: | |
| Gasto com energia: | |
| Gasto com produto químico: | |
| Responsável pela operação do sistema: | |
| Corpo receptor: | |

Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

Sistema de Drenagem Urbana - SDU

| Cadastro da rede de drenagem | Sim | Não | Obs.: | |
|-------------------------------------|------------------|--------------------|-----------------------|----------------------|
| Atendimento pelo Sistema (%) | Área atendida | | Área não atendida | Obs.: |
| Bairros não atendidos | Descrição: | | | |
| Problemas no Atendimento | Sim | Não | Obs.: | |
| Extensão do pavimento das ruas (Km) | terra () | Asfalto () | Poliédrico () | Outros |
| Infraestruturas de drenagem | | | | |
| Sarjetas | Sim | Não | Obs.: | |
| Bocas Coletoras | Sim | Não | Obs.: | |
| Redes tubulares | Sim | Não | Obs.: | |
| Galerias | Sim | Não | Obs.: | |
| Caixa de ligação | Sim | Não | Obs.: | |
| Poços de Visistas | Sim | Não | Obs.: | |
| Escada Hidráulica | Sim | Não | Obs.: | |
| Manancial de lançamento (l/s) | Nome | | Coordenadas | Obs.: |
| Cursos d'água (km) | Leito natural | | Canalizados abertos | Canalizados fechados |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| Eventos de Inundação/Enchente | | | | |
| Episódios de Inundações/Enchentes | Sim | Não | Obs./Localização.: | |
| Domicílios Afetados (nº) | Obs.: | | | |

| | | | | | |
|--|---------|---|----------------|--------|-----------------------------------|
| | | | | | |
| Pontos de alagamentos | Sim | Não | Obs.: | | |
| Pontos de inundações (extravazamento do córrego) | Sim | Não | Cursos d'água: | | |
| Ocupação Irregular no leito dos córregos | Sim | Não | Obs.: | | |
| Há Projetos de Remoção/Desapropriação de domicílios em andamento | Sim | Não | Obs.: | | |
| Dispositivos de controle de inundações | Sim | Não | Obs.: | | |
| Ocupação Irregular no leito dos córregos | Sim | Não | Obs.: | | |
| Problemas de erosão/assoreamento na área urbana | Sim | Não | Obs.: | | |
| Riscos associados à deslizamentos de terra | Sim | Não | Obs.: | | |
| Planejamento e Manutenção | | | | | |
| Manutenção e limpeza das estruturas de drenagem | Tipo | | Sim | Não | Frequência |
| | | | | | |
| Áreas de risco mapeadas | Sim | Não | Obs.: | | |
| Há áreas brejosas | Sim | Não | Obs.: | | |
| Percepção de esgoto conectado à rede | Sim | Não | Bairros | Volume | |
| | | | | | |
| Percepção de Resíduos Sólidos na rede e/ou cursos d'água | Sim | Não | Bairros | Obs.: | |
| | | | | | |
| Histórico pluviométrico | Sim | Não | Obs.: | | |
| Projetos existentes | Sim | Não | Obs.: | | |
| Obras em execução | Sim | Não | Obs.: | | |
| Setor responsável pelo sistema de drenagem | Sim | Não | Quais: | | |
| Número de funcionários para manutenção | | Estes funcionários também se ocupam com outras demandas | | | Tempo de resposta para manutenção |
| Valores investidos nos últimos 10 anos | Sim | Não | Quais: | | |
| Previsão de investimento no sistema | Sim | Não | Quais: | | |
| Ações Ativas de manutenção | Limpeza | Obs.: | | | |
| | () | | | | |

| | | | | |
|--|----------|--------------|--------|-------|
| Forma de Solicitação dos Serviços à População | Telefone | Pessoalmente | E-mail | Obs.: |
| | () | () | () | |

Plano Municipal de Saneamento Básico - Planejamento de Trabalho

Resíduos Sólidos

| | | | | | | |
|--|--------|---------|-------------|------------------------------|----------------------|-----------------------------------|
| Participa de Consórcio | Sim | Não | Obs.: | | | |
| Possui Projeto de captação de recursos para investimento na área de Resíduos Sólidos | Sim | Não | Obs.: | | | |
| Quantas Instituições operam a Gestão dos Serviços | Coleta | | Varrição | | Disposição Final | |
| Atendimento (%) | Obs.: | | | | | |
| Problemas no Atendimento | Sim | Não | Obs.: | | | |
| Possui Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU) | Sim | Não | Obs.: | | | |
| Quantidade de resíduos gerados (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano | Secos | Úmidos | Hospitalar | Varrição | Construção | PEV - Ponto de Entrega Voluntária |
| Destinação final | | | | | | |
| Aterro sanitário *próprio ou terceirizado | Sim | Não | Tipo | Prop/terc* | Licença ambiental | |
| Operação do aterro Sanitário (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano | Volume | Horário | Nº funcion. | Máquinas (trator de esteira) | Chorume | |
| Aterro de Inertes *próprio ou terceirizado | Sim | Não | Tipo | Prop/terc* | Licença ambiental | |
| Operação do aterro de Inertes (kg/hab/dia) T/dia T/mês T/ano | Volume | Horário | Nº funcion. | Máquinas (trator de esteira) | Chorume | |
| Lixões/áreas irregulares | Sim | Não | Descrição | | | |
| Áreas clandestinas de descarte | Sim | Não | Descrição | | | |
| Coleta Municipal | | | | | | |
| Coleta de lixo domiciliar | Sim | Não | nº dom. | Volume | Próprio/terceirizado | |
| Coleta de lixo hospitalar | Sim | Não | nº estab. | Volume | Próprio/terceirizado | |
| Remoção de animais mortos | Sim | Não | Descrição | | | |

| | | | | | | |
|--|-------|----------|--------------|-----------------------|--------|----------------------|
| Coleta de lixo industrial | Sim | Não | nº estab. | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |
| Coleta seletiva | Sim | Não | nº estab. | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |
| Limpeza Urbana | | | | | | |
| Varrição e limpeza de vias | Sim | Não | Extensão/dia | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |
| Limpeza de feiras livres | Sim | Não | Extensão/dia | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |
| Serviços Municipais de Zeladoria *próprio ou terceirizado | Sim | Não | Prop/terc* | Destinação do resíduo | Obs. | |
| Conservação de praças e áreas verdes | | | | | | |
| Poda e Remoção de árvores | | | | | | |
| Limpeza de boca de lobo | | | | | | |
| Limpeza de córregos | | | | | | |
| Desassoreamento de Corregos | | | | | | |
| Obras de manutenção | | | | | | |
| Outros | | | | | | |
| Unidades do sistema de Resíduos sólidos | | | | | | |
| Unidade de transbordo | Sim | Não | nº estab. | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |
| Localização | | | | | | |
| Unidade de triagem | Sim | Não | nº estab. | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |
| Localização | | | | | | |
| Unidade de compostagem | Sim | Não | nº estab. | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |
| Localização | | | | | | |
| Unidade de reciclagem de Resíduos de Construção Civil (RCC) | Sim | Não | nº estab. | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |
| Localização | | | | | | |
| Tipo de material reciclado (m³/dia) | Papel | Plástico | Metais | vidros | outros | Obs.: |
| | | | | | | |
| Empresas de reciclagem | Sim | Não | Descrição | | | |
| | | | | | | |
| Política de Logística Reversa | | | | | | |
| Resíduos possuem política reversa | Sim | Não | nº estab. | Volume | | Tipo de Resíduos |
| | | | | | | |
| Resíduos de Serviços de Saúde | | | | | | |
| Unidade de Tratamento de Resíduos de serviços de saúde | Sim | Não | nº estab. | Volume | | Próprio/terceirizado |
| | | | | | | |

| | | | | |
|---|-----------------|---|-----------|-------|
| As instituições possuem PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde) | Sim | Não | Obs.: | |
| Outras Informações | | | | |
| Associação de catadores | Sim | Não | Descrição | |
| | Possui Cadastro | | Sim | Não |
| Série histórica de geração de resíduos | Sim | Não | Obs.: | |
| Tipo de Cobrança pela execução dos serviços | Obs.: | | | |
| Forma de Solicitação dos Serviços à População | Telefone | Pessoalmente | E-mail | Obs.: |
| | () | () | | |
| Projetos existentes | Sim | Não | Obs.: | |
| | | | | |
| Atendimento | (%) | Obs (Bairros, Distritos e/ou Localidades sem atendimento).: | | |
| Projetos de Educação Ambiental | Sim | Não | Obs.: | |
| | | | | |
| Ações de Educação Ambiental | Sim | Não | Obs.: | |
| | | | | |
| Incentivos à reciclagem | Sim | Não | Obs.: | |
| | | | | |

**ANEXO E – LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO COM O GRUPO TÉCNICO
PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE
GOUVEIA**

LISTA DE PRESEÇA

Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Gouveia/MG

ATIVIDADE: 1ª Reunião do Grupo de Trabalho do Plano Municipal de Saneamento Básico (GT – PMSB)

LOCAL: ONG Caminhos da Serra - rua José Augusto Gomes, 149, Capeleinha, Gouveia/MG.

DATA: 17/12/2018

HORÁRIO: 13h30min

| | NOME | INSTITUIÇÃO | TELEFONE | E-MAIL |
|----|----------------------------|---------------------|-----------------|--|
| 1 | José Augusto Ribeiro | Copasa | 38-9-8807-7121 | jose.ribeiro6@copasa.com.br |
| 2 | Edinaldo José de Moraes | Prefeitura | 38) 99860148 | obrasmg2017@gmail.com |
| 3 | Paula Sp. Vinodati | Prefeitura | 30) 99947-101 | agriculture pmg 2017@gmail.com |
| 4 | Emerson Carlos Araújo | Prefeitura Sms | (38) 99825-4453 | emerson@UNAITA@Gmail.com |
| 5 | Prisiane C. da Silva | Secretaria Meio Amb | (38) 999816006 | meioambiente pmg 2017@gmail.com |
| 6 | Adriano de Carvalho Junior | EMATER-MG | (58) 99916-9455 | adriano.gomes@emater.mg.gov.br |
| 7 | Armando Ribes | Copasa | 38-99971950 | armando.ribes@copasa.com.br |
| 8 | Elio Domingos Neto | Mob: Expo CBH Vênis | (31) 3226-8350 | elio.domingos@cbhvênis.org.br |
| 9 | Helmi Operadora de Almeida | Prefeitura | 38) 9-94577515 | kaop.kelli@gmail.com / gabinetepmg@hidrobr.com |
| 10 | Thais Alves | HIDRO BR | (31) 988235628 | pmsh@hidrobr.com |
| 11 | Thaís - Vitor Borges | Prefeitura | (38) 9-99390499 | gabinete pmg 2017@gmail.com |
| 12 | Vitor Otonari | HIDROBR | (31) 975390019 | vitor.otonari@hidrobr.com |
| 13 | LUCAS MARTINS MACHADO | HIDROBR | (31) 998114513 | lucas.machado@hidrobr.com |
| 14 | | | | |
| 15 | | | | |

Execução



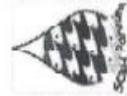
Apoio Técnico



Parceria



Realização



**ANEXO F – ATA DA REUNIÃO PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE
TRABALHO AO GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO
MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE GOUVEIA**

**ATA DA 1ª REUNIÃO DO GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE GOUVEIA/MG**

17 de dezembro de 2018

Às 14h00min do dia 17 de dezembro de 2018, reuniu-se o Grupo Técnico para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município (GT – PMSB) do município Gouveia/MG. A reunião ocorreu na ONG Caminhos da Serra, localizada na rua José Augusto Gomes, 149 município de Gouveia/MG. Estiveram presentes o Srs. José Aparecido Ribeiro, Agnaldo José Veloso, Sra. Paula Trindade, Sr. Emerson Carlos, Sra. Josiane da Silva, Sr. Adriano Gomes, Sr. Amalri Ribas, Sra. Kelly de Oliveira e Sr. Antônio Vicente de Souza. Representando a HIDROBR Soluções Integradas – empresa responsável pela Elaboração do Plano – o Sr. Vitor Queiroz, Sr. Lucas Martins Machado e Sra. Thais Alves. A reunião iniciou com a apresentação de todos os presentes. Posteriormente, o Sr. Élio Domingos apresentou a dinâmica de funcionamento do Comitê da Baía Hidrográfica do Rio da Velhas (CBH Rio das Velhas) e explicou a origem dos recursos para execução dos Plano Municipal no Município e dos projetos hidroambientais. Na sequência o Sr. Vitor Queiroz fez uma breve introdução sobre a Lei 11.445/2007, com o objetivo de informar e/ou capacitar os integrantes do GT para o acompanhamento da Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, incluindo uma contextualização sobre os princípios da Lei supracitada, mencionando os principais pontos sobre a política Municipal de Saneamento Básico, abrangendo a Elaboração do Plano de Saneamento Básico, a definição da forma de prestação de serviços, definição das funções, regulação e fiscalização, parâmetros para garantia do atendimento essencial à saúde, definição dos direitos e deveres dos usuários, criação do Fundo de Universalização, definição dos mecanismos de controle social, condições para intervenção e retomada dos serviços delegados e Sistema de Informações de Saneamento. Posteriormente, as dúvidas sobre a dinâmica de elaboração do plano foram sanadas. O Sr. Antônio Vicente de Souza, prefeito do município, relatou os motivos pelos quais o município optou pela não adesão ao consórcio de Saneamento Básico. Segundo o prefeito ainda não referencias de atuação do consórcio nos municípios, por isso há insegurança na eficiência na prestação do serviço. Outro ponto mencionado foi a resistência, por parte da população, que poderia eventualmente surgir com a pretensão de implantação do Plano. Mencionou também que não há projetos para tratamento de esgoto. Sobre os resíduos sólidos, apontou como desafio a destinação final, já que há coleta em grande parte do território municipal, inclusive na zona rural. Sobre drenagem urbana, os únicos problemas citados foram problemas nas vias de acesso à zona rural. O Sr. Agnaldo José Veloso, Secretário de Obras, relatou a dificuldade de sensibilização da população com relação a destinação correta do lixo e esgoto doméstico. Também mencionou problemas relacionados à deficiência da rede pluvial do município, especialmente pelas ligações clandestinas existentes no município. Na sequência, Sr. Vitor Queiroz apresentou o Plano de Trabalho, iniciando por um breve diagnóstico previamente levando sobre às questões atreladas ao saneamento no município de Gouveia. Seguiu com a metodologia que a empresa pretende adotar durante a execução do Plano. Por fim apresentou a agenda de entregas dos produtos previstos, a saber: Plano de Trabalho, Programa de Mobilização Social e Programa de Comunicação, Diagnóstico da Situação de Saneamento Básico, Prognóstico, Programas e Ações, Mecanismos e Procedimentos para Avaliação Sistemática do PMSB; e Ações para Emergências e Contingências, Termo de Referência para a Elaboração do Sistema de Informações Municipal de Saneamento Básico, Relatório Final do PMSB - Documento Síntese. Apresentou também detalhadamente, o cronograma de todas as ações previstas, destacando as seguintes atividades: visitas técnicas, previstas para o período previamente determinado entre os dias 14 e 18 de janeiro de 2018); envio do diagnóstico para 11 de fevereiro de 2019, agendamento da segunda reunião no dia 19 de fevereiro de 2019 e Primeira Audiência Pública no dia 20 de fevereiro de 2019. Em 12 de março de 2019 será entregue a versão final do Diagnóstico. A segunda Audiência será realizada até o final de maio de 2019. O Sr. Élio Domingos

ressaltou a necessidade da participação do Grupo Técnico, especialmente no que se refere a elaboração do Produto 3 (Prognóstico, Programas, Projetos e Ações). O Sr. Vitor destacou a importância das ações de mobilização junto à população e ressaltou a corresponsabilidade da prefeitura nas ações de divulgação e sensibilização dos munícipes. Posteriormente, os presentes foram questionados sobre as prioridades de ações no município. As principais prioridades apontadas pelo grupo foram: melhorias na rede de esgoto, substituição da rede de distribuição, que está danificada, por se tratar de tubulação galvanizada. Sr. Kelly ressaltou a importância da divulgação da elaboração do plano de forma clara, de maneira que não haja expectativa imediata da implantação do mesmo. Ressaltou a dificuldade que o município enfrenta junto à destinação correta dos resíduos domésticos, visto que há resistência da população em respeitar os dias e horários de coleta. Outro ponto destacado, foi a dificuldade de garantir orçamento para viabilização da implantação do Plano. O sr. Agnaldo mencionou a preocupação e desejo pela implantação de Coleta Seletiva, apesar da dificuldade de conscientização da população. O Sr. Élio Domingos mencionou a necessidade de estruturação da rede de catadores no município, através de associações, cooperativas etc. Mencionou a importância da implantação do Plano, com atenção especial para zona rural. Mencionou exemplos de experiências de sucesso com catadores e estimulou o investimento em ações alternativas para a resolução dos problemas dos resíduos sólidos. Ao final, o grupo definiu que as próximas reuniões sejam realizadas às quartas-feiras no período noturno. Os presentes também informaram que no Município há um jornal mensal e uma rádio local. O Grupo sugeriu a divulgação de bilhetes nas escolas e apoio dos Agentes de Saúde. Não tendo mais assuntos a tratar, o Sr Vitor Queiroz encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata